

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDA FRANCIS ALVARES

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES
IRREGULARES EM GUARATUBA-PR

MATINHOS

2019

FERNANDA FRANCIS ALVARES

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: UMA ANÁLISE DE OCUPAÇÕES
IRREGULARES EM GUARATUBA-PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Setor Litoral, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Jairo Junckes
Coorientador: Prof.^a Dr.^a Silvana Marta
Tumelero

MATINHOS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte
Biblioteca da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral

A473t Alvares, Fernanda Francis
 Território e territorialidade: uma análise de ocupações irregulares em
 Guaratuba-PR / Fernanda Francis Alvares ; orientador Ivan Jairo Junckes ;
 Coorientadora Silvana Marta Tumelero. – 2019.
 108 f.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral,
 Matinhos/PR, 2019.

 1. Guaratuba (PR) – ocupações irregulares. 2. Guaratuba (PR) – Bairro
 Carvoeiro. 3. Guaratuba (PR) – Territorialidade. 4. Guaratuba (PR) – Território. 5.
 Litoral do Paraná. I. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Rede
 Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais. II. Título.

CDD – 307.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR SETOR LITORAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL SUSTENTÁVEL - 40001016081P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **FERNANDA FRANCIS ALVARES** intitulada: **Território e territorialidade: uma análise de ocupações irregulares em Guaratuba-PR**, após terem aprovação inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

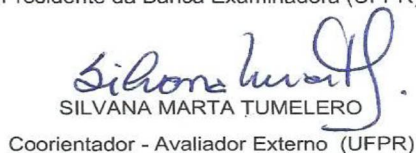
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

MATINHOS, 28 de Fevereiro de 2019.



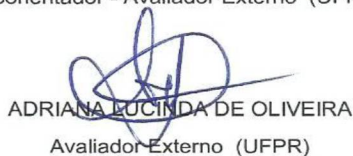
IVAN JAIRO JUNCKES

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



SILVANA MARTA TUMELERO

Coorientador - Avaliador Externo (UFPR)



ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UFPR)



FABIANA LUIZA NEGRÍ

Avaliador Externo (UFSC)

AGRADECIMENTOS

À Deus, que permitiu ter forças e seguir até aqui. Gratidão sempre.

Aos meus pais, Quitéria Tenório Alvares e Donizete Aparecida Alvares, que me ensinaram a lutar pelos meus sonhos, questionar e ser muito determinada. Pelo amor incondicional, pelo carinho e afeto.

Ao meu amor e grande companheiro Diego Maurício de Lima, melhor dizendo vulgo Gordinho, (ou Ovelha para os amigos) que sempre desperta o que há de melhor em mim e me incentiva a seguir caminhos em rumo aos meus objetivos. Ter você ao lado torna mais leve a caminhada e me faz acreditar que sempre chegarei ao final. Não poderia deixar de lado, aqueles que, sempre que sentei para estudar, estavam comigo, Teco e Flor, sou muito amada mesmo!

À minha querida irmã Aline e ao meu cunhado querido João, que sempre me fazem acreditar que sou muito boa no que faço, que sou um exemplo a ser seguido, sou muito grata por acreditarem em mim.

Às minhas queridas e amadas amigas Mariana, Sabrina e Nádia que o coração escolheu com muito amor nessa minha trajetória em Guaratuba, que o convívio vai além da amizade e da cumplicidade. Obrigada por estarem ao meu lado sempre.

Quero agradecer de coração a amiga Mari, que me emprestou o notebook, quando o meu estragou, enfim nem ele aguentou... hahaha! E do fundo do meu coração quero agradecer a amiga Sabrina pela parceria de sempre, valeu por cada ajuda, incentivo e principalmente pelo carinho.

Às minhas colegas de trabalho: Ilda, Regina, Letícia, Luciana, Leoni, Shi, Evandra e Carlos pela compreensão nos momentos difíceis de choros, de que não ia conseguir, bem que vocês falaram que eu era capaz! É, eu consegui!

Ao meu orientador Ivan Jairo Junckes, grande professor na área da desconstrução de ideias e que proporcionou conhecer a melhor coorientadora que poderia existir, Silvana Tumelero, minha gratidão.

À minha coorientadora Silvana Tumelero que ensinou a trilhar meus caminhos pela construção do conhecimento, aliás, com muito primor me orientou, sou a pessoa mais encantada pela oportunidade que tive de ser ouvida, conduzida

durante minhas inquietudes, devaneios e pensamentos, grata pela orientação recebida nesse trabalho.

Sou muito grata pela minha caminhada até aqui, principalmente por conhecer pessoas tão grandiosas como a professora Adriana Lucinda, que conhece um pouco da minha trajetória e à professora Fabiana Luiza Negri sempre tão gentil, ambas dispostas a me auxiliar nessa caminhada.

Grata pela oportunidade de conhecer a Naná (Nathália), estudante de Serviço Social com uma história de vida incrível, uma batalhadora que vai longe!!

Aos meus professores do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná que sempre estavam presentes para esclarecimentos e ensinamentos.

Aos amigos de caminhada que o mestrado me apresentou, Adriana, Anielly, Bárbara, Daniela, Dionne, Eder, Edilaine, Eduardo, Felipe, Guadalupe, Jenifer, Jessica, João, Juliana Manuel, Maristela, Simone, Tieme e Úrsula, a toda a turma de 2017 sou muito grata!

Em especial à minha amiga e companheira Simone Muller Montoro pelas travessias e devaneios no ferry hahaha!

Claro não poderia deixar de agradecer pelo presente que foi conhecer uma pessoa tão especial quanto você em minha vida amiga, Bárbara Schneider. Um presente que o mestrado me ofertou de bom grado para dias se tornarem mais leves.

Sou muito grata pela recepção dos moradores do bairro Carvoeiro, os quais entrevistei, por me sentir acolhida, pois lá é lugar onde a vida se cria e se constrói através dos moradores que lá escolheram viver e pertencer.

Sinto-me privilegiada por ter vivenciado esse aprendizado de construção dessa dissertação no espaço da Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

Dedico essa dissertação a Deus,
que me propiciou chegar até aqui, pois
sem ele nada seria possível.

Dedico também aos meus pais,
Quitéria e Donizete que sempre apoiaram
meus sonhos, pois, sonho que se sonha
junto, se torna realidade.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo os determinantes das ocupações irregulares em Guaratuba-PR e a condição de permanência das pessoas nesses territórios. Objetivo dessa dissertação é compreender os determinantes e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares no Bairro Carvoeiro, lócus da pesquisa. Os objetivos específicos buscaram identificar procedência, analisar os elementos que determinam a condição de permanência na ocupação irregular, bem como entender a dinâmica da construção da territorialidade, identificar serviços sociais acessados pelos entrevistados e contribuir com a análise e elaboração de políticas públicas relativas a ocupação de território em Guaratuba. A metodologia utilizada nesse trabalho foi a pesquisa qualitativa com abordagem de campo, utilizando a técnica de entrevista, e para interpretação de dados da pesquisa foi utilizada análise de conteúdo. As categorias centrais utilizadas nessa pesquisa são território e territorialidade que desdobram nas categorias deslocamento, resistência e pertencimento. Os autores utilizados para compreender todos esses movimentos da ocupação irregular são as autoras Raquel Rolnik e Ermínia Maricato. O território do Bairro Carvoeiro se constrói através dos moradores que lá escolheram viver e pertencer. Já a territorialidade é como esses moradores percebem o território, como organizam o espaço e lhe atribuem significado. O território das ocupações irregulares cria seus próprios valores, identidades, tendo suas próprias significações. Sendo que esses valores e identificações vão se ampliar e formar uma territorialidade. O que determina as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares frequentemente são a família, não somente consanguínea, mas redes de vizinhança e afinidade, trabalho e emprego; bairro ser tranquilo e por questão religiosa algumas vezes; facilidade de deslocamento até o centro comercial e outros serviços.

Palavras-chave: Territorialidade. Ocupação Irregular. Litoral do Paraná.

ABSTRACT

This study has an object of study the determinants of the irregular occupations in Guaratuba-PR and the condition of the permanence of the people in these territories. The objective of this dissertation is to understand the determinants and the conditions of the permanence of the people in irregular occupations in the Carvoeiro Neighborhood, the locus of the research. The specific objectives sought to identify the origin, analyze the elements that determine the condition of the permanence in the irregular occupation, as well as to understand the dynamics of the construction of the territoriality, to identify social services accessed by the interviewees and to contribute with the analysis and elaboration of public policies related to the occupation of territory in Guaratuba. The methodology used in this work was the qualitative research, with field approach using the interview technique and for the interpretation of data of the research was used content analysis. The central categories used in this research are territory and territoriality that unfold in the categories displacement, resistance and belonging. The authors used to understand all these movements of irregular occupation are the authors Rolnik and Maricato. The territory of the Carvoeiro Quarter is built through the residents who chose to live and belong there. Territoriality is how these inhabitants perceive the territory, how they organize space and give it meaning. The territory of irregular occupations is creating its own values, identities, having their own meanings. Being that these values and identifications will expand and form territoriality. What determines the conditions of permanence of people in irregular occupations are often the family, not only inbreeding, but networks of neighborhood and affinity, work and employment; neighborhood to be quiet, quiet and for religious reasons other times; ease of travel to the mall and other services.

Key-words: Territoriality. Irregular Occupation and coast Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA PARCELAMENTO DO SOLO EM GUARATUBA	17
FIGURA 2 – MAPA TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS EM GUARATUBA E MATINHOS	25
FIGURA 3 – MAPA DIAGNÓSTICO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM GUARATUBA.....	27
FIGURA 4 – MAPA LOTEAMENTOS DE GUARATUBA	52
FIGURA 5 – MAPA ZONEAMENTO GUARATUBA	53
FIGURA 6 – MAPA DE DESLOCAMENTOS DOS MORADORES DO BAIRRO CARVOEIRO ENTREVISTADOS NA PESQUISA	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	- Área de Proteção Ambiental
COHAPAR	- Companhia de Habitação do Paraná
COLIT	- Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense
DUDH	- Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	- Estados Unidos da América
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
PIB	- Produto Interno Bruto
PMCMV	- Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAA	- Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PT	- Partido dos Trabalhadores
REUB	- Regularização Fundiária Urbana
TCL	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	- Unidade Básica de Saúde
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
ZEIS	- Zona Especial de Interesse Social

Sumário

1	Introdução	13
1.1	Objetivos	21
1.1.1	Objetivo Geral.....	21
1.1.2	Objetivos Específicos	21
2	Metodologia	22
2.1	Lócus Da Pesquisa	22
2.2	Sujeitos Da Pesquisa E Definição Da Amostra	28
2.3	Procedimentos Investigativos	32
2.3.1	Pesquisa Documental.....	32
2.3.2	Pesquisa De Campo.....	32
2.4	Percepções E Percalços Da Pesquisa De Campo	34
3	Questão Fundiária No Brasil Pós 1950	37
3.1	Urbanização Brasileira Pós 1950 E Direito À Moradia.....	37
3.2	Moradia Na Política Urbana Brasileira.....	41
3.3	Regularização Fundiária.....	45
4	Território E Territorialidade: Deslocamento, Resistência E Pertencimento.....	49
4.2	Deslocamentos E Permanência	56
4.3	Dinâmicas De Territorialidade No Bairro Carvoeiro	68
4.4	O Acesso A Serviços E Direitos Sociais: A Presença Do Estado No Bairro Carvoeiro	81
5	Considerações Finais.....	89
	Referências	96
	Apêndice A – Roteiro Norteador De Entrevista Semi-Estruturada	104
	Apêndice B – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido	106
	Apêndice C – Quadro Comparativo: Roteiro Norteador De Entrevista Semiestruturada.....	107

1 INTRODUÇÃO

No Brasil contemporâneo existem mecanismos para ocupação e uso do solo, que expressam uma constante contradição entre a mercantilização perversa e o direito à moradia. A mercantilização do solo, o elevado custo das produções de habitações, a geração de déficits habitacionais, bem como as condições precárias de moradia e saneamento básico são algumas questões a serem problematizadas em relação às ocupações irregulares. Determinantes esses que se contrapõem ao direito à moradia e que atenda ao necessário para a dignidade humana, conforme o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e o artigo 6.º da Constituição da República Federativa do Brasil.

Observa-se que a desigualdade social é determinada pela dinâmica de produção capitalista e é reproduzida, mantida e legitimada pelas estratégias de planejamento urbano adotadas pelos gestores públicos das cidades, caracterizando-se em instrumentos legitimadores da realização e efetivação da mercantilização do espaço produzido e, por isso, tem-se o aumento da precariedade das condições de vida e de moradia das populações vulneráveis.

O entendimento do contexto mundial é fundamental sob a hegemonia do capital financeiro e do caos da urbanização, da ocupação desordenada do solo em razão de elementos da formação socioeconômica do Brasil para que se possa compreender a reprodução do território em um município em particular. O território apreendido pela lógica do capital reproduz uma sociedade cada vez mais fragmentada, individualista, que não vivenciou em seu processo formativo (em sua sociabilidade) práticas direcionadas ao coletivo.

A análise crítica do atual processo hegemônico do capital, que enfatiza uma urbanização mercantilizada, demonstra e afirma a complexidade da questão social no capitalismo, ou seja,

[...] a questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. [...] Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa de projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais (IAMAMOTO, 2008, p. 156).

Por questão social entende-se que os processos de intensificação demográfica das cidades, a partir do século XIX, estão diretamente associados ao desenvolvimento do capitalismo e as expressões de desigualdades. A exemplo da moradia, seus déficits não são efeitos de uma simples ideia de que a expansão urbana não aconteceu de maneira ordenada.

Verifica-se na Constituição Federal do Brasil de 1988, nos artigos 182 e 183 que trazem alguns “instrumentos”¹ que seriam capazes de dar suporte ao Estado para enfrentar déficits habitacionais já instaurados nos centros urbanos de nosso país, os quais, apesar de regulamentados a partir dos anos 2000, com o advento do Estatuto da Cidade, ainda não se traduzem como realidade ampliada no país. Ou seja, foram necessários treze anos para serem regulamentados efetivamente pelo Estatuto da Cidade, em 2001. Entretanto, mesmo diante deste cenário de normatização jurídica, o déficit habitacional estimado no Brasil chega a aproximadamente 8 milhões de moradias segundo Oliveira (2010).

Atualmente a Constituição Federal, em seu artigo 6.º, faz constar que são “[...] direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, 2017, p.2). Anteriormente a esta legislação brasileira, a Organização das Nações Unidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, já afirmava o direito à habitação, em seu artigo 25 quando dispunha que: “Todo o homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, [...]” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p.2).

Entende-se que uma pessoa, família ou grupo específico não tendo acesso à moradia, todos os demais direitos estão sendo violados, já que a moradia representa condição necessária para alcançar os demais direitos sociais e fundamentais. Rolnik (2015) afirma que o déficit habitacional ou necessidades habitacionais, não correspondem necessariamente a uma pessoa que deseja comprar uma casa e sim àquelas que precisam morar; por isso é mais pertinente tratarmos de necessidades habitacionais e não déficit habitacional, pois os humanos

¹ Exemplo desses instrumentos: plano diretor, desapropriação de imóveis urbanos, parcelamento e edificações compulsórios, concessão de uso do solo, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, título de domínio, usucapião.

são seres muito diversos que têm diferentes necessidades em relação a moradia podendo exigir, por exemplo, um bairro com infraestrutura ou um auxílio aluguel.

Hoje o Brasil tem em torno de 6 milhões de casas e apartamentos vazios ou fechados de acordo Oliveira (2010) e Rolnik (2015), que não são disponibilizados para uma política pública de habitação e regularização. Isto demonstra que não se trata simplesmente de um déficit numérico de moradias, mas sim de habitações não disponíveis aos trabalhadores e famílias que dela necessitam, bem como se trata da ausência de um conjunto de serviços públicos necessários que se associam à chamada moradia digna, nos bairros e/ou regiões da cidade em que grande parcela da população habita.

Assim, a ocupação irregular é uma faceta de toda esta problemática que é bem mais ampla, pois envolve desde a função social da terra, a sua valorização, a especulação imobiliária, ou seja, a moradia como parte de um circuito de produção e acumulação do capital e a inacessibilidade à moradia como propriedade privada por grande parte da classe trabalhadora, que tem salários que mal suportam o processo de reprodução material (alimentação) e excluído do acesso a tantos outros direitos sociais.

Partindo desta discussão, a presente dissertação tem como objeto de estudo os determinantes das ocupações irregulares em Guaratuba-PR na região do litoral e a condição de permanência das pessoas nesses territórios.

A escolha do tema se deveu à indagação constante, durante o exercício profissional na área de serviço social, na condição de servidora pública municipal, de como ocorre o processo de ocupação irregular em Guaratuba. Evidencia-se que o problema está longe de ser resolvido, pois desde que iniciei o exercício profissional como assistente social neste município, há cerca de quatro anos, observam-se novas ocupações, com desmatamento em áreas de proteção ambiental, surgimento de comunidades em locais de difícil acesso e sem infraestrutura.

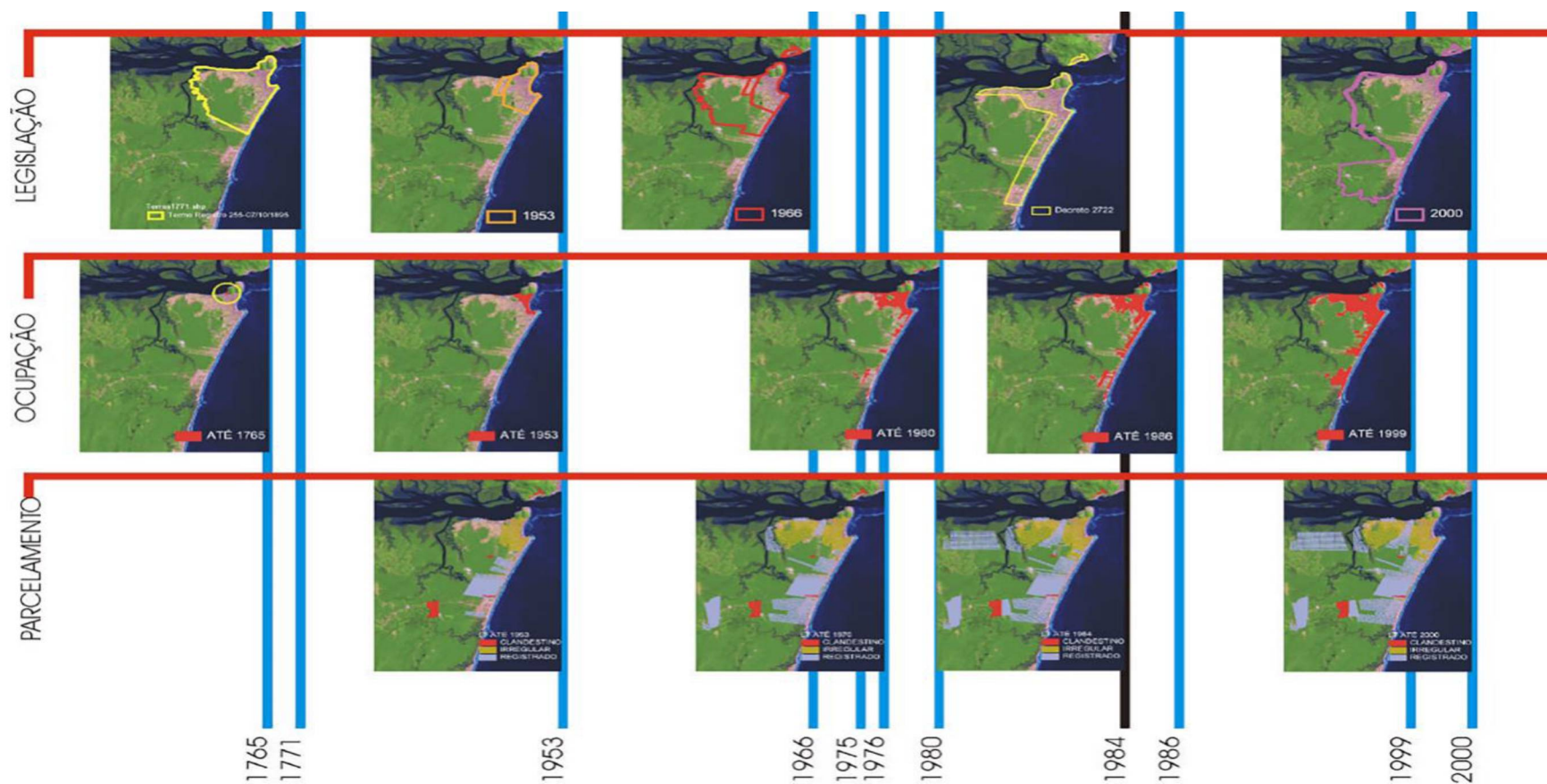
A Figura 1, a seguir, quando remete ao parcelamento do solo² ocupado ilegalmente, descreve o processo mencionado anteriormente, através do comparativo histórico da ocupação, da legislação e parcelamento do solo urbano em

² As duas primeiras partes da figura, intituladas legislação e ocupação, tratam da área geográfica do município, alterada pela legislação ao longo do tempo e do período histórico de ocupação/expansão populacional, respectivamente. É na terceira imagem da figura, intitulada parcelamento, onde aparecem os territórios ocupados ilegalmente, a que nos referimos neste parágrafo.

Guaratuba. A parte vermelha no mapa, representa os loteamentos clandestinos³, a parte amarela as ocupações irregulares e as azuis, as áreas com registro formal do imóvel.

³ Em Guaratuba, nas falas de pessoas atendidas pela Política de Assistência Social existe um entendimento corriqueiro de que as Ocupações Irregulares são entendidas como aquelas áreas ocupadas por pessoas (posseiros) que tem posse da casa, lote ou solo há aproximadamente dez anos, diferenciando-as das áreas de "Invasões" ou "clandestinas" cujos posseiros têm as mesmas características, porém com pouco tempo de moradia nessas áreas irregulares. Nesse trabalho considera-se que os dois termos adotados se referem a ocupações irregulares, sendo que o que vai diferenciar ambos é o tempo de posse na respectiva área. Nesse sentido, no presente trabalho utilizar-se-á o termo ocupações irregulares.

FIGURA 1- MAPA PARCELAMENTO DO SOLO EM GUARATUBA



Fonte: Guaratuba, 2002b, p.64

Indagações tais como as razões que determinam essas ocupações, bem como os motivos da permanência dessas famílias nos locais de ocupações irregulares, ou mesmo, se estas famílias têm acesso aos serviços e direitos sociais básicos, resultaram em questões para nossa pesquisa e tornaram-se reflexões constantes em nossa aproximação ao objeto de estudo, se apresentando cada vez mais instigantes no processo de investigação científica que se propôs realizar.

A moradia como uma necessidade básica do ser humano não é atendida e o ato de ocupar, que envolve múltiplos aspectos como a qualidade de vida social e ambiental entre outros, não é problematizada pelos governos municipais, restando-lhes o rótulo de “invasões” ou “invasores” aos sujeitos que ocupam áreas sem a devida formalidade jurídico-contratual e/ou mercantil. Conforme mencionado anteriormente, o respaldo legal para o processo de regularização fundiária no Brasil encontra-se presente na Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183 e na Emenda Constitucional nº 26/2000, que inseriu o direito à moradia como um direito social.

A realidade do município de Guaratuba vem demonstrando, de acordo com a revisão de seu Plano Diretor (GUARATUBA, 2015), que a ocupação de terrenos de forma irregular se apresenta como meio de acesso ao direito à moradia. Dessa forma, a ampliação da ocupação irregular pode estar proporcionando uma velada “dignidade da pessoa humana”, porém não garante o direito à moradia nem aos demais direitos constitucionais como já afirmado anteriormente.

Segundo Cesca (2016), em 2009 a Prefeitura de Guaratuba estimava que cerca de 40% de seus habitantes viviam “em áreas de ocupação clandestina ou em regiões de preservação natural”. Foi implantado, à época, um programa de regularização fundiária, mas segundo o autor, poucos moradores aderiram. Entretanto,

A regularização fundiária não é uma dor de cabeça apenas para os gestores públicos no litoral. O problema é nacional e começou quando as primeiras cidades foram formadas com o início da colonização. Porém, a região litorânea tem alguns agravantes, apontados por especialistas: falta de gestão do território, questões ambientais, problemas políticos e judiciais, além do custo envolvido para expedir títulos de posse (CESCA, 2016, p. 1).

O fenômeno das ocupações irregulares não é um problema somente do litoral, e sim um fenômeno nacional que vem se ampliando. O Plano Diretor de Guaratuba de 2002 afirma que nesse município “na década de 90 se ampliaram as ocupações

irregulares e “invasões”⁴ de áreas, formando-se bolsões de pobreza” (GUARATUBA, 2008, p. 130).

A inquietação por compreender o fenômeno das ocupações irregulares vem desde entender a função social da terra e da propriedade, o direito à moradia, bem como déficit habitacional e suas facetas (mobilidade, especulação imobiliária, financeirização, valor da terra, terra como fonte de renda, acesso bens e serviços públicos entre outros). A apreensão ampliada do conceito de déficit habitacional que se compreende ser pertinente trazer à tona nesse trabalho é apresentada pela Fundação João Pinheiro, instituição do Estado de Minas Gerais, que tem produzido importantes estudos no campo da política urbana, com ênfase para a habitação social.

O conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções e que, por isso, devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 13).

De acordo com Plano Diretor de Guaratuba, o município “[...] possui hoje mais de 1500 famílias vivendo em condições precárias de habitação e localizadas em áreas de invasão” (GUARATUBA, 2002, p. 65). Nesse período⁵,

Segundo dados da Companhia Municipal de Habitação essas invasões se dão de forma relâmpago, onde são construídos os barracos para habitação provisória, e com um número elevado de habitantes. Estima-se que no Bairro

⁴ A expressão “invasões” é cotidianamente utilizada em Guaratuba por moradores do município e profissionais no âmbito do poder público, para se referir as ocupações irregulares. Porém, nosso entendimento é pela denominação de ocupações irregulares, visando alcançar a complexidade de determinantes sociais e econômicos que praticamente obrigam as pessoas, pela falta de condições e/ou disponibilidade de alternativas a partir das políticas públicas, a ocuparem determinados territórios para constituírem suas moradias, superando o caráter pejorativo que o termo invasão porta.

⁵ Não há estudos mais recentes, disponíveis no município sobre esta realidade.

Piçarras 70% de sua população seja de invasores⁶. De acordo com a Secretaria Municipal de urbanismo, as “invasões” representam um problema grave do ponto de vista do gerenciamento do espaço urbano. (GUARATUBA, 2002, p. 65).

Assim sendo, pesquisar sobre o fenômeno das ocupações irregulares se mostrou essencial, instigante e perpassa por diversas questões que atingem as famílias que ocupam, bem como pelo grande problema do espaço urbano e do direito à cidade.

Esta dissertação está estruturada em quatro tópicos, sendo o primeiro a “Introdução”, o segundo denominado “Metodologia”, que aborda a construção da pesquisa, apresentando o *lôcus* da pesquisa ou campo, os sujeitos entrevistados, bem como uma avaliação de seu desenvolvimento. Buscou-se, com a metodologia utilizada nesta pesquisa, dar sustentação ao trabalho e alcançar os objetivos traçados.

O terceiro tópico, intitulado “Questão Fundiária no Brasil pós 1950”, inicia a discussão e traz reflexões teóricas sobre o processo histórico de urbanização pós 1950 e o direito à moradia. Nesse mesmo tópico, enfatiza-se o direito à moradia e seu tratamento jurídico normativo, na Política Urbana brasileira, destacando o quesito da regularização fundiária.

Nessa direção o quarto tópico denominado “Território e Territorialidade: deslocamento, resistência e pertencimento”, faz uma abordagem de questões que são centrais no referencial teórico adotado, trazendo categorias, significados e elementos interpretativos que subsidiaram as análises das entrevistas.

A partir do capítulo quatro são apresentados dados e informações obtidas nas entrevistas e respectivas análises. Para tal empreendimento foi utilizado a técnica de análise de conteúdo, classificando as informações essenciais, buscando articulá-las em categorias, que possibilitaram reflexões, que responderam aos propósitos dessa pesquisa na evidenciação e compreensão dos determinantes e das condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares no município de Guaratuba.

⁶ Diante das afirmações anteriores e da categorização de “invasores” ou às vezes da nomenclatura “clandestinos” que são utilizadas para qualificar as pessoas que ocupam área para morar, a autora faz ressalva que sob o referencial utilizado, o termo que melhor representa as situações abordadas é ocupante. Os moradores de áreas irregulares, em documentos oficiais são abordados numa linguagem que os rotula, estigmatiza e reforça um caráter preconceituoso de tratar a questão.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do projeto de pesquisa que gerou esta dissertação foi compreender os determinantes e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares, centrando-se o estudo no Bairro Carvoeiro no município de Guaratuba (PR). Para que se pudesse atingir este objetivo geral, foi definido como objetivos específicos os seguintes:

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a procedência e os elementos que determinam as ocupações irregulares no Bairro Carvoeiro em Guaratuba;
- b) Analisar os elementos que determinam a condição de permanência na ocupação irregular;
- c) Entender a dinâmica da construção da territorialidade na ocupação irregular;
- d) Identificar serviços sociais acessados pelos entrevistados;
- e) Contribuir com a análise e elaboração de políticas públicas relativas à ocupação do território de Guaratuba.

2 METODOLOGIA

Nesse tópico é apresentada a metodologia da pesquisa contemplando primeiramente o *lócus* da pesquisa, os sujeitos e a definição da amostra da pesquisa. Em seguida é descrito o procedimento investigativo, que contou com pesquisa documental, pesquisa de campo, bem como reflexões acerca do seu desenvolvimento.

A revisão inicial de literatura, para a qualificação do tema, foi realizada em buscadores de referências bibliográficas *online* para a qual utilizou-se a técnica de bibliometria, a partir da inserção das palavras-chaves “regularização fundiária” e “direito à moradia”, definidas por esta pesquisadora por estarem associadas ao problema de pesquisa que trata de ocupações de áreas irregulares como alternativas aos limites de acesso à moradia e a efetivação deste direito social.

Realizou-se também pesquisas documentais em bases de dados da Prefeitura Municipal de Guaratuba, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, pode ser compreendida como estratégia adequada para o alcance dos objetivos geral e específicos, pois a investigação tem como objeto dinâmicas e relações sociais que não são apreendidas por dados quantitativos e que, segundo Minayo, a pesquisa qualitativa:

[...] se preocupa, nas ciências sociais, com nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2007, p. 21).

2.1 LÓCUS DA PESQUISA

Esse trabalho se caracteriza pela análise qualitativa das ocupações irregulares em Guaratuba, particularizada na realidade do Bairro Carvoeiro. A partir deste fenômeno, buscou-se reconhecer e analisar elementos que possibilitam compreender a

dinâmica e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares, analisadas sob as categorias território, territorialidade, pertencimento, deslocamentos/desterritorialização e resistência.

O município de Guaratuba, segundo o IBGE (2010), tem uma área territorial de 1.326,791 km² e uma população de 32.095 pessoas. A densidade demográfica, segundo este mesmo Instituto, é de 24,19 habitantes/km², ou seja, sua população relativa por quilômetro quadrado. A estimativa apresentada pelo IBGE em 2016 era de que o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Guaratuba era de 2,1 salários mínimos. No município são 7.658 pessoas que estavam trabalhando formalmente, em 2016, ou seja, cerca de 21,5% dos habitantes. A porcentagem da população com rendimento mensal *per capita* de até meio salário mínimo em 2010 era de 33,6%.

Em relação à urbanização de vias públicas, em 2010, 18,7% tinha bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio. Nos dados do IBGE (2010), no quesito território e ambiente, o esgotamento sanitário adequado era de 85,9%.

Segundo IPARDES (2017, p. 20), utilizando como fonte o censo do IBGE de 2010, as três principais atividades econômicas predominantes em Guaratuba são, respectivamente: o comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas (2.454); a construção⁷ (1.694) e a agricultura, pecuária, produção florestal e pesca (1.586).

A população estimada de Guaratuba de acordo com IPARDES (2017) era 35.986 habitantes. O IPARDES também disponibiliza informações sobre os domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação. Em 2010, o número de domicílios próprios era de 6.981, alugados 1.557, cedidos 1.076 e noutra condição, representavam 380, totalizando 9.994 unidades.

O documento de Revisão do Plano Diretor de Guaratuba (2015) afirma que a população fixa do município "está localizada em áreas próximas à baía e a sudoeste do centro da cidade, nos bairros: Canela, Piçarras, Mirim, Carvoeiro, COHAPAR e Esperança. A área mais central e os balneários são ocupados pela população flutuante" (GUARATUBA, 2015b, p. 32).

Nos setores censitários junto à orla marítima, onde apenas um em cada cinco domicílios é ocupado, mais parece um deserto urbano na maior parte do ano, um amontoado de prédios onde habita a maioria das vezes apenas o zelador. Nem é necessário a ferramenta de geoprocessamento para se constatar isso,

⁷ Os dados do IPARDES (2017) citam apenas a atividade econômica construção, o entendimento é construção civil.

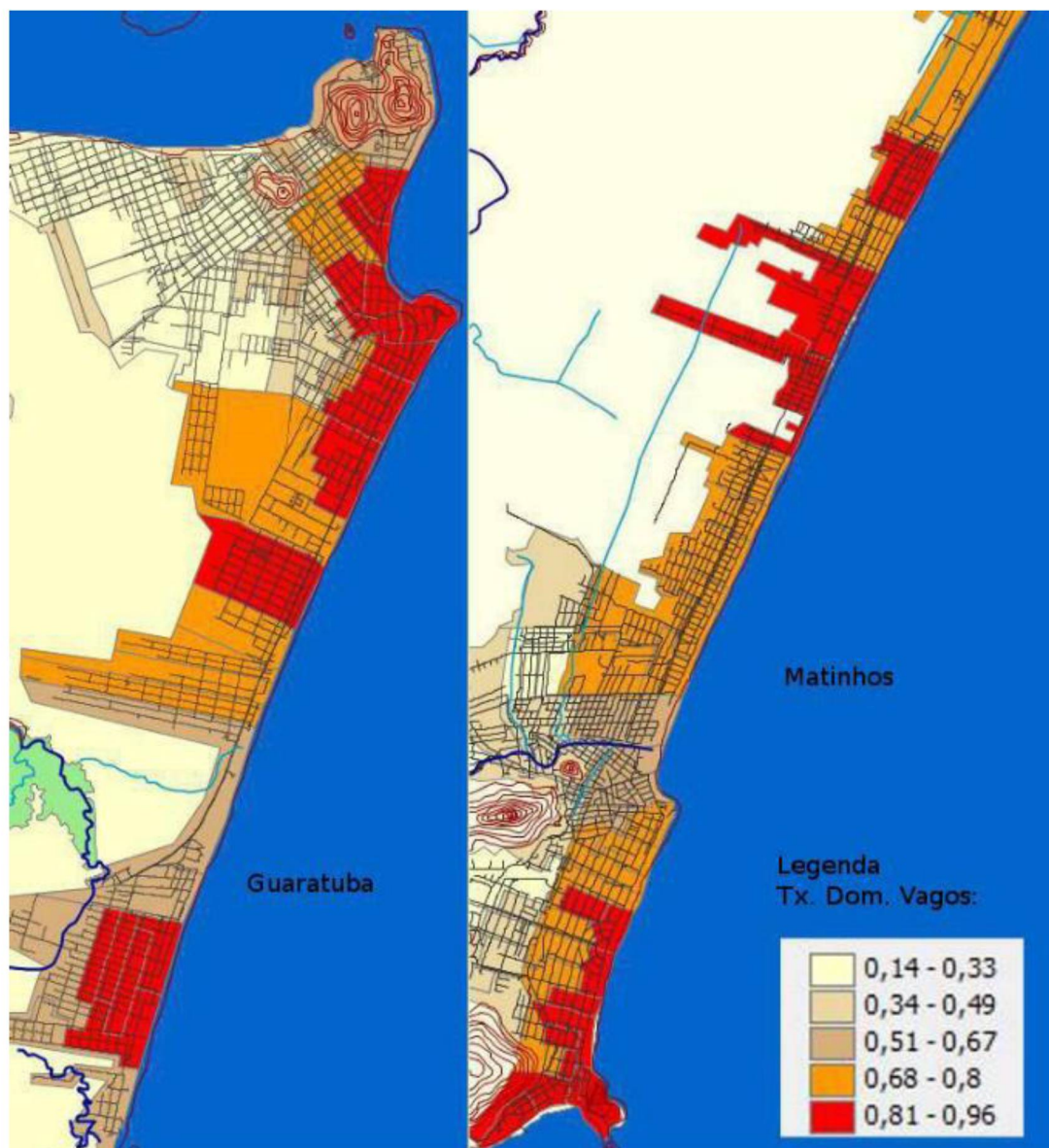
basta andar à noite pela cidade e contar as (poucas) janelas iluminadas. Além dos domicílios vagos, os três municípios⁸ possuem grande quantidade de grandes e médios vazios urbanos (MONTEIRO, 2012, p. 6).

Considerando os dados do IPARDES e a informação que Monteiro (2012) traz, constata-se que a população de Guaratuba aumenta durante a temporada e feriados na área central e balneários e, no restante do ano, a população moradora é bem menor que nesses períodos, residindo, entretanto, nas áreas mais distantes do centro da cidade, o qual, por sua vez, nos termos do autor, parece “um deserto urbano”.

Monteiro (2012) faz um comparativo entre dois municípios vizinhos, apresentando na Figura 2, a seguir, em que é possível evidenciar as regiões com taxas de domicílios vagos em Guaratuba e Matinhos.

FIGURA 2 - MAPA TAXA DE DOMICÍLIOS VAGOS EM GUARATUBA E MATINHOS

⁸ Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba (Monteiro, 2012, p. 6).



Fonte: MONTEIRO (2012), edição do autor a partir do CENSO IBGE 2010.

Na revisão do Plano Diretor, detalhada em documento de mesma denominação, há a afirmação de que a população que tem baixa renda reside em “ocupações irregulares e clandestinas está concentrada a noroeste do município, principalmente nos bairros do Mirim e nas regiões da Vila Esperança e Carvoeiro, que apresentam a maior carência de atendimento por infraestrutura e transporte”. (GUARATUBA, 2015, p. 35). E que “os bairros do Mirim e Carvoeiro são áreas ocupadas predominantemente pela população fixa de baixa renda no município” (GUARATUBA, 2015, p. 47).

A constituição das cidades e a periferização da população de baixa renda como um fenômeno que atende a necessidade do grande capital, ou seja, aos interesses da elite, tem conexão com não acesso a serviços públicos; segundo Rolnik (2015) as cidades são modificadas, as famílias mais empobrecidas vão se deslocando para áreas afastadas do centro da cidade, onde não tem o pleno acesso a serviços públicos (saneamento, infraestrutura, mobilidade entre outros).

Em Guaratuba 2/3 da população vive em locais concentrados (Figura 02).

No primeiro, em uma extensão de 7 km, convivem 18.950 habitantes, afastados do mar e ao redor (ao norte e ao sul) do Morro do Escalvado, abarcando os bairros Tabuleiro, Sertãozinho e Cercanias. Em Guaratuba, em região ainda mais compacta, com 4 km de extensão, e que envolve os bairros Piçarras e Carvoeiro, vivem 21.036 almas (MONTEIRO, 2012, p.6).

Monteiro (2012) afirma que no ano de 2012 mais da metade da população morava nos bairros Piçarras e Carvoeiro. Considerando que pelos dados do CENSO IBGE 2010, a população era de 32.095 habitantes dessa maneira reafirma-se que nesses dois bairros concentravam-se mais de 11 mil habitantes. Nas outras áreas urbanas só existia maior quantidade de moradores em períodos de feriados e temporada de verão.

Os dados urbanos municipais (MONTEIRO, 2012, p. 5) demonstram que a taxa de domicílios vagos na orla de Guaratuba é bem alta (79%, em média), como já ressaltou o autor. Esta afirmação é superior ao índice apresentado pelo próprio IBGE 2010, em que 69% da totalidade dos domicílios urbanos ficam vagos a maior parte do ano.

A Figura 03, a seguir, mostra um diagnóstico das ocupações irregulares no município de Guaratuba em 2002 descritas como áreas de maior incidência de ocupações desta natureza no município. Esses bairros são resultantes de ocupações que tem se firmado e consolidado no período de 2014 a 2016 e se intensificando em 2017.

FIGURA 3 - MAPA DIAGNÓSTICO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM GUARATUBA-2002



Fonte: Guaratuba, 2002b, p.47.

Levando-se em consideração as características de ocupação do território do município de Guaratuba, cidade litorânea do Estado do Paraná, a qual foi definido como o *locus* desta pesquisa, explicita-se as razões da definição do bairro Carvoeiro, como espaço territorial delimitado desse estudo. Com base no estudo de Monteiro (2012), este afirma que “os números de Guaratuba também apontam a existência de inúmeras áreas ocupadas irregularmente, sobretudo em áreas públicas e privadas” (MONTEIRO, 2012, p. 8).

Diante da informação numérica de um aglomerado populacional no bairro Carvoeiro e dos estudos de Monteiro (2012) sobre os dados alarmantes sobre ocupação irregular, a escolha do bairro se deu pelos seguintes critérios: a) por ser uma área consolidada e ocupada há muitos anos, a qual permite responder aos objetivos relacionados à permanência de seus habitantes, pois dentre os critérios de seleção dos sujeitos está a exigência de morarem há mais de 10 anos no território estudado; b) maior área territorial de ocupação irregular, apontada no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba (2002, p. 45), nos seguintes termos: “essas *“invasões”* totalizam 235,01ha, sendo 20,66ha na região do Mirim, 56,45ha próximo ao Aeroporto, 81,72ha às margens do Rio Carvoeiro, 76,18 ha próximo à Estação de Tratamento de Esgoto (SANEPAR)”; c) através do conhecimento empírico, na condição de profissional de Serviço Social, atuante na política de assistência social do município, tem-se conhecimento da existência de moradores que residem há mais dez anos no mesmo bairro, com os quais tem-se proximidade pelo trabalho realizado, o que facilitou o acesso à população desse bairro para as entrevistas.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA E DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

Os sujeitos da pesquisa de campo são pessoas que moram no bairro Carvoeiro em regiões de ocupações irregulares. No projeto dessa pesquisa foi estabelecido a meta de entrevistar de 12 a 15 moradores dessa região, que residiam há mais 10 anos neste bairro, devendo obrigatoriamente serem maiores de 18 anos.

Com isso, para a definição da amostra dos sujeitos da pesquisa de campo, foram buscadas informações adicionais às que se tinha em relação aos moradores com os agentes de saúde da Unidade Básica de Saúde COHAPAR, a qual atende ao Bairro Carvoeiro, para que fosse possível iniciar o trabalho de campo. A partir da indicação

das famílias residentes no bairro que atendiam o requisito do tempo mínimo estabelecido, foi proposto em princípio, utilizar o recurso do sorteio de vinte pessoas, sendo que dessas as doze primeiras que se dispusessem a conversar sobre a pesquisa seriam selecionadas para as entrevistas.

Entretanto, durante o processo de pré-teste das entrevistas, já tendo sido realizado o sorteio da primeira família que foi entrevistada, avaliou-se que, a técnica bola de neve, conhecida como *snowball*, citada pela autora Hoffmann-Horochovski (2008) se apresentou como mais adequada ao processo de escolha das famílias subsequentes, pois as famílias entrevistadas faziam as indicações de outros moradores. Nesta técnica os participantes, no caso os moradores da região do Carvoeiro, mediante atendimento aos critérios supracitados, indicavam novos participantes para a pesquisa, até os moradores indicarem moradores já entrevistados, isso se deu devido ao critério de morar no mínimo dez anos no bairro pesquisado. Albuquerque (2009) afirma que essa técnica de trabalho,

[...] se inicia com a escolha, não aleatória, de um grupo de membros da população-alvo, denominadas sementes. A cada semente, é dado um número fixo de cupons, em geral três ou menos, de numeração única, que deverão ser entregues para outros membros elegíveis da população-alvo, recrutados pelo próprio participante, dentro de sua rede pessoal de conhecidos. Uma vez que esses novos indivíduos cheguem ao estudo, se eles realmente são elegíveis e desejam participar, eles passam a fazer parte da primeira onda de recrutamento e passam a ser denominados filhos das sementes que os trouxeram (ALBUQUERQUE, 2009, p. 23).

Nesse sentido, os primeiros moradores são as sementes que detêm o conhecimento sobre o local e das pessoas que residem há mais tempo no bairro. Este morador (semente) indica outro morador que faz parte da sua rede de relacionamentos, que é convidado para participar da pesquisa e que é chamado de “filho” da semente.

Essa técnica não é probabilística e de acordo com Albuquerque (2009), durante as entrevistas não é possível prever o número de moradores que aceitaria participar da pesquisa através da indicação de outro morador. Conforme diz a autora, essa técnica de “*snowball* [...] é repetida até que o tamanho da amostra desejado seja obtido, a população-alvo se esgote ou que o tempo e/ou recursos alocados para a pesquisa acabem” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 23). Nas palavras desta mesma autora é possível identificar positivamente dessa metodologia, descrita a seguir.

A vantagem desse processo de seleção é a redução do viés de “mascaramento”, uma vez que as pessoas não precisam designar outras, mas

sim convidá-las diretamente, isso faz com que essas outras pessoas passam a ter o direito de receber ou recusar o convite (ALBUQUERQUE, 2009, p. 23).

Essa metodologia de pesquisa permite que os convidados aceitem ou não participar, sendo uma pesquisa mais autêntica já que não obriga os participantes a fazer parte de um processo ao qual não estejam dispostos.

Em síntese, mediante a técnica de *snowball*, foi realizado o pré-teste da pesquisa de campo no período 15/02/2018 à 19/02/2018, contemplando entrevistas com 5 participantes. Após reflexões sobre o desenvolvimento das entrevistas de pré-teste, efetuaram-se ajustes (acréscimo de questões para complementação) no roteiro da entrevista para que no momento seguinte, no período de 28/02/2018 a 15/03/2018, fossem realizadas as entrevistas com o total de 15 participantes. Totalizando 17 entrevistas válidas, sendo duas referentes a primeira fase do pré-teste (nessas duas entrevistas foram realizadas as perguntas acrescidas após revisão do roteiro) e quinze entrevistas realizadas após os ajustes do roteiro.

Na fase das entrevistas, no primeiro contato, o sujeito foi informado sobre os objetivos da pesquisa, da instituição à qual a pesquisadora está vinculada e a finalidade do trabalho. Mediante o aceite e assinatura do Termo De Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B) foi definido o local onde se realizaria a entrevista bem como a data e o horário de acordo com a disponibilidade do sujeito. Foi solicitado a cada sujeito que preenchesse e assinasse o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, resguardando assim a integridade moral dos entrevistados e também a ética da pesquisa.

Dos 17 moradores entrevistados foram: 14 mulheres, 2 homens e um casal foram os que aceitaram realizar a entrevista. As entrevistas ocorreram nas casas desses moradores em horários variados, nos períodos da manhã, tarde e noite, e, conforme a necessidade, foram agendados horários alternativos nos fins de tarde ou fim de semana. Os moradores entrevistados nasceram em diversas localidades, tendo os dados de que 11⁹ moradores nasceram na região do litoral paranaense, sendo 8 moradores de Guaratuba, 5 nascidos na área urbana e 3 na área rural. Ainda participaram mais duas pessoas nascidas no litoral, sendo dois em Paranaguá e um em Antonina), dois em Curitiba, um em São José dos Pinhais, dois no estado do Paraná (Adrianópolis e São José da Boa Vista), um no estado de Minas Gerais (Água

⁹ Observação: considera-se 18 moradores em razão de ter um casal que foi entrevistado.

Vermelha) e um no Estado do Rio Grande do Sul (Catuípe). No quadro a seguir são descritas a idade dos moradores entrevistados:

QUADRO 1: IDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS

Grupo	Variação de Idades (anos)	Quantidade de Moradores por faixa etária
Grupo 1	26-35	2
Grupo 2	36-45	4
Grupo 3	46-55	5
Grupo 4	56-65	5
Grupo 5	66-75	2

Fonte: autora (2018).

Os moradores entrevistados em sua grande maioria estão nos grupos 3 e 4, que possuem variação de idade, respectivamente, entre 46-55 e 56-65 anos. Em seguida o grupo 2 (36-45 anos) com quatro moradores. A coleta e construção dos dados ocorreu através de entrevistas individuais com os sujeitos da pesquisa. Segundo Laville e Dionne:

[...] a coleta é uma coisa: ver se o que foi reunido mostra bem o que estava previsto, é outra: daí a etapa da análise e da interpretação dos dados, que conduzirá à confirmação, ou talvez à modificação ou até mesmo a rejeição, da hipótese, que levará por último, a novas explicações e à sua eventual generalização (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 129).

Os conteúdos advindos das entrevistas, segundo Minayo (2004), devem ser tomadas como colheita de informações sobre determinado tema científico, através de uma conversa a dois, realizadas por iniciativa do entrevistador, destinadas a fornecer informações pertinentes ao objeto de pesquisa. O processo de coleta de dados compreendeu, desde informações obtidas nas entrevistas ou documentos até as classificações e sistematizações dos dados que se deram a partir desse momento, servindo de *corpus* para o momento seguinte que é o de análise e interpretação desses dados. E para melhor compreensão e entendimento da pesquisa foi elaborado um quadro comparativo (Apêndice C) que contém o Roteiro Norteador da Entrevista Semiestruturada e os objetivos a que cada questão pretende responder ao final das análises.

2.3 PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Apresenta-se nesse item os procedimentos de pesquisa que foram utilizados, incluindo desde a análise documental à pesquisa de campo, recuperando o período de sua execução em relação ao cronograma inicialmente proposto no plano de pesquisa.

2.3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental incluiu análises dos seguintes documentos:

- Plano Diretor de Guaratuba 2002; Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba - Diagnóstico - Volume I - 2002; Revisão Plano Diretor de Guaratuba- 2015;
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Cadernos Municipais - 2017;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Panorama 2017;
- Dispositivos legais e institucionais de âmbito nacional, como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; o Estatuto da Cidade; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, Manual da Regularização Fundiária Plena; Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009 - Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos.

A análise documental foi realizada nos meses de abril de 2017 a janeiro de 2018.

2.3.2 PESQUISA DE CAMPO

Segundo a autora Haguette (1987, p. 86), a pesquisa de campo pode envolver diversos processos de pesquisa, sendo a entrevista um desses instrumentos e esta “pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro através do qual “as informações são obtidas através de roteiro de entrevista constando de uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida” (HAGUETTE, 1987, p. 86). Nessa pesquisa, o roteiro semiestruturado (apêndice A), previamente definido, combinou questões fechadas e

abertas, por meio do qual os entrevistados tiveram a oportunidade de discorrer sobre o tema proposto.

O roteiro de entrevista, de acordo com Minayo (2004), difere do sentido tradicional do questionário, pois ele visa apreender o ponto de vista dos atores sociais previstos nos objetivos da pesquisa e tem a finalidade de ser instrumento de orientação para o início da entrevista, facilitando a abertura, a ampliação e o aprofundamento da comunicação entre o sujeito pesquisado e o entrevistador, mas nunca é um cerceador da exposição do entrevistado.

Ainda, de acordo com Minayo (2004), a entrevista, recurso utilizado nessa pesquisa, parte da elaboração de um roteiro e suas qualidades consistem em enumerar, de forma mais abrangente possível, as questões que o pesquisador quer abordar no campo, questões essas advindas do objeto de investigação. O roteiro serve de orientação, de baliza para o pesquisador e não de cerceamento da fala dos entrevistados.

Essa pesquisa só foi possível através da colaboração dos sujeitos, para os quais solicitou-se autorização para a utilização do gravador de voz durante das mesmas, buscando manter o mais fidedignamente os depoimentos dos entrevistados. As falas dos sujeitos entrevistados foram analisadas através da técnica de análise de conteúdo, que segundo Setúbal (1999):

[...] tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais, e, como produto, um conhecimento não-linear, por conseguinte não-espasmódico, já sua derivação se dá pela observação social do objeto de estudo, onde o tempo e a circularidade da comunicação são considerados significativos (SETÚBAL, 1999, p. 59).

Esse modo de analisar proporciona à pesquisa científica um diálogo com o sujeito entrevistado através do objeto de análise, o que exige do pesquisador conhecimentos e uma postura crítica investigativa.

De acordo com Setúbal (1999, p. 60), a análise de conteúdo, “dependendo da postura teórica, política e cultural do pesquisador, poderá conduzir à produção de um novo conhecimento, onde a história e a cultura se fazem presentes”, assim essa técnica de pesquisa permite ao pesquisador liberdade no seu manuseio, a fim de desvendar o que cada pessoa transmite através da sua entrevista. Segundo Bardin (2016, p. 63) a análise de conteúdo tem diferentes fases no decorrer da pesquisa “tal como o inquérito sociológico ou experimentação, organizam-se em três polos

cronológicos: 1) a pré-análise 2) a exploração do material 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”, as quais foram tomadas como referência para o processo metodológico de análise desta pesquisa.

A primeira fase envolveu, no período de março a junho de 2018, a preparação do material para análise bem como transcrição na íntegra das entrevistas. Também tomou-se o cuidado de fazer cópia dos arquivos digitais das gravações, para serem conservadas e utilizadas, se necessário. Já a segunda fase, que consistiu em decodificação e decomposição dos materiais de pesquisa de campo foi realizada até meados de outubro, de modo atender os objetivos propostos. Por fim, a terceira fase, que diz respeito ao tratamento dos resultados e interpretação dos dados obtidos durante as entrevistas foi concluída em dezembro de 2018. Com tal processo analítico buscou-se responder ao que estava disposto como objetivos desta pesquisa.

2.4 PERCEPÇÕES E PERCALÇOS DA PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo é, portanto, a porta de entrada para o contato inicial com o novo, com o tema pesquisado, é a parte prática da pesquisa. Esta fase nem sempre é evidente e precisa, pois se apresenta com perguntas que temos da realidade pesquisada a partir de uma teoria que conhecemos, sendo esta uma fase relevante para a emergência de novas perspectivas explicativas e analíticas de um fenômeno. A entrada na pesquisa de campo pode ser vista de diversos ângulos, algumas vezes até romantizada, outras nem tanto, a entrada no campo tem seu lado positivo e também seus percalços (COSTA, 2016).

Durante a trajetória de pesquisa em princípio pretendia-se realizar de 12 a 15 entrevistas, conforme dito anteriormente e, para que isso acontecesse, realizou-se um primeiro contato com um agente de saúde da Unidade Básica de Saúde - COHAPAR, a partir do qual realizou-se contato com 30 moradores da região do Carvoeiro. No entanto nem todos os contatados aceitaram realizar a entrevista ou, em algumas situações, não se encontravam na residência para participar da pesquisa. Ao final, 17 entrevistas foram validadas, dentre as 20 entrevistas realizadas, devido ao cumprimento dos critérios estabelecidos (ser maior de 18 anos e residir no bairro do Carvoeiro há 10 anos ou mais).

Durante a entrada no campo nem todos os dias as pessoas estavam acessíveis a abrir a porta da casa, bem como com disposição para narrar suas trajetórias de vida, nas quais se evidenciam as experiências de ocupar determinados territórios como possibilidade de assegurar seu direito à moradia, resultando em que ter de retornar a campo inúmeras vezes. A insistência para estar no campo foi necessária, pois a realização das entrevistas, associada à técnica *snowball* exige do pesquisador um olhar atento e uma escuta para além do que é percebido pelo senso comum, principalmente para ouvir as indicações e perceber em que momento se esgotam as opções de moradores a serem entrevistados.

Durante 30 dias, desde o pré-teste, houve mais moradores que não aceitaram serem entrevistados do que aqueles dispostos a contribuir com a pesquisa. As razões das recusas foram percebidas como sendo receio de responder as questões, principalmente medo de fornecer documento pessoal para o termo de consentimento de participação na pesquisa; bem como o receio manifesto de que as informações prestadas "chegassem à prefeitura" e que de algum modo produzissem efeitos negativos sobre sua condição de morador de uma área irregular. Tais receios explicitados pelos moradores se fazem possível de reflexão de como os agentes estatais são percebidos pela população, como sujeitos que exercem a autoridade com caráter punitivo e fiscalizador sobre seu cotidiano. A população de baixa renda que é com frequência excluída de processos decisórios sobre suas vidas e com uma relação ainda de subordinação ao Estado, não participa ativamente das políticas sociais públicas das quais é usuária. Prevalece em sua percepção o caráter punitivo, policialesco das medidas estatais e não do Estado como um agente que assegure seus direitos sociais. Mesmo com explicações detalhadas sobre a ética da pesquisa, do compromisso com o sigilo, alguns moradores não aceitaram participar da mesma.

Por outro lado, durante as andanças no bairro Carvoeiro, alguns moradores já reconheceram a pesquisadora e pediram para participar da pesquisa. Porém, muitos desses moradores que se voluntariaram a participar, mesmo morando na região não faziam parte do público pesquisado, não atendendo a um dos critérios estabelecidos, pois residem no bairro há aproximadamente quatro ou cinco anos.

O processo das entrevistas durou em torno de dois meses, desde primeira entrevista de pré-teste, no dia 15 de fevereiro de 2018. Nesse período contou-se com vários mediadores, moradores que indicavam outro morador, até o momento em que os

moradores mais antigos do bairro começaram a indicar moradores já entrevistados, o que possibilitou encerramento da fase do campo.

3 QUESTÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL PÓS 1950

3.1 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA PÓS 1950 E DIREITO À MORADIA

A urbanização é um dos processos abordados quando se estuda a ocupação irregular. Esta representa o desenvolvimento de um determinado território, modificando e construindo a cidade, não somente em sua dimensão físico-espacial, mas também nas relações sociais presentes no território que vai se configurando. Modificações que ocorrem nos centros urbanos ou rurais, seja pelas construções de casas, prédios, ruas, avenidas, instituições, entre outros, compõem o quadro de intervenções que definem a produção das cidades, mas para além delas as relações primárias (de parentesco, familiares) e sociais (comunidade, vizinhança, sociabilidade) impactam igualmente na produção social do espaço.

O processo de urbanização acontece de diferentes maneiras e condicionantes históricos, produzindo alterações ao longo dos anos, ocasionando mudanças desiguais no território para as diferentes classes sociais. Nota-se que a urbanização é constituída por processos sociais em que se remetem às mudanças nas relações sociais, que acontecem na sociedade, como resultado de pessoas ocupando a cidade. Segundo Souza (1999, p. 119), considerando o processo de urbanização no Brasil, “as cidades são resultado de uma complexidade de fenômenos”.

A influência desse processo de desenvolvimento tem suas raízes na Revolução Burguesa entre o século XVII e XIX, que durante o período forneceu as bases para a consolidação do sistema capitalista. Fernandes (2005) aponta que nesse período houve uma rápida modernização e expansão econômica das cidades em um crescimento urbano tumultuado. Este modelo econômico, que determinou o desenvolvimento urbano, se arrastou até o Estado Novo, sobre o qual Fernandes (2005, p. 247) cita que o Brasil moderno ainda propiciava um desenvolvimento capitalista que mantinha a hegemonia econômica, social e política e o “desenvolvimento desigual não afetava o controle oligárquico [...]”. Desta forma ficava evidente o acúmulo de poder oligárquico que seguia do momento anterior, evidenciado pelo regime escravocrata e que agora se traduzia pelo assalariamento. “Também foi ela (a oligarquia) que definiu o inimigo comum: no passado, o escravo (e, em sentido

mitigado, o liberto); no presente, o assalariado ou semiassalariado do campo e da cidade” (FERNANDES, 2005, p. 247).

Até década de 1960, as pessoas residiam predominantemente na área rural e, portanto, as cidades eram bem menores do que atualmente. No período subsequente houve um crescimento populacional na área urbana. Rolnik (2015) afirma que na década de 1970 o número de habitantes urbanos era pela primeira vez foi maior do que na área rural.

Na década de 1980, o crescimento numérico da população urbana era maior do que a população total. Isso apenas para demonstrar a realidade enfrentada na década de 1970 para formulação da política urbana. Isto significa simplesmente que o processo de urbanização é característica definitiva da dinâmica da população brasileira (SOUZA, 1999, p.125).

Esse processo produz diversas mudanças no cenário do país: o desenvolvimento da rede de transporte, a falta de planejamento, a acentuação da desigualdade nos centros urbanos, bem como o surgimento de diversas ocupações irregulares que, pela complexidade de fenômenos a elas associados, traduzem inúmeras expressões da questão social (tais quais como desemprego, pobreza, violência, falta de saneamento, mobilidade, entre outras), que geram para o poder público demandas de políticas sociais.

A ocupação irregular do solo está na origem, portanto, dos principais problemas urbanos, em áreas tão variadas quanto segurança, saúde, transportes, meio ambiente, defesa civil e provisão de serviços públicos. Esses problemas não afetam apenas a população nele residente, mas estendem-se para toda a população, seja pela ampliação desnecessária dos custos de urbanização, seja pelas externalidades negativas decorrentes de fenômenos como a contaminação e o assoreamento dos recursos hídricos e a disseminação de doenças contagiosas (PINTO, 2003, p. 3).

Esses processos passam a ocorrer em grande proporção nas cidades maiores, tais como Rio de Janeiro e São Paulo. Furtado (2013) analisa que no caso brasileiro o crescimento foi motivado pela industrialização nas décadas de 1950 e 1960, porém, mesmo com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) registrado no período, este fator não representou para a população uma melhora nas condições de vida, visto tratar-se de aumento na produção de riqueza, porém sua apropriação de modo concentrado por pequena parcela da população.

Verifica-se o aumento das ocupações irregulares em diversas cidades brasileiras, Oliveira (2010) enfatiza a manutenção da pobreza e uma urbanização segregada nas décadas de 1950 a 1970:

A acelerada industrialização e urbanização “com baixos salários” das décadas de 1950 a 1970, que levou a um crescimento econômico significativo, porém condicionado à manutenção da pobreza, traduziu-se no âmbito urbano por um padrão de absoluta segregação socioespacial, que chamamos de “urbanização desigual” (OLIVEIRA, 2010, p. 194).

Para Furtado (2013) o não desenvolvimento social equitativo torna-se evidente, pois explicita um desejo e uma escolha por construir uma mudança nas condições de vida da população que vivencia situações como a ocupação irregular, visto que esta se constitui como estratégia para os que não possuem condições de pagar aluguéis ou não têm a propriedade da moradia.

No período pós-Primeira Guerra Mundial poucos países tinham condições de se desenvolver por “processos normais de conquista econômica”, ou seja, acessar a moradia via mercado (FERNANDES, 2005, p. 295). No Brasil não foi diferente, aconteceram fatos onde “[...] a única estratégia generalizada viável consistia na penetração segmentada, como técnica de ocupação do meio, de alocação de recursos materiais e humanos ou de controle econômico”. (FERNANDES, 2005, p. 295).

Furtado (2013) é contrário à concentração de renda, a qual se coloca como questão central para o aumento da desigualdade. Desse modo, com a renda nas mãos de poucos, se fez necessário e urgente pensar em política pública de habitação, segundo Rolnik (2015), isso aconteceu da seguinte maneira:

A provisão pública de habitação ganhou proeminência e intensidade no começo do século XX e, em alguns países, no período entre guerras. Mas foi após a Segunda Guerra Mundial, particularmente nos 1950 e 1960, que a provisão pública de habitação constituiu-se em um dos pilares da construção de uma política de bem-estar social na Europa, um pacto redistributivo entre capital e trabalho que sustentou décadas de crescimento (ROLNIK, 2015, p. 35).

Diferente da Europa, que desenvolveu estados de bem-estar social, o Brasil construiu um estado desenvolvimentista, notoriamente indicando para o crescimento da industrialização sem a preocupação com o estabelecimento de pacto social que assegurasse direitos sociais aos brasileiros. Isto caracterizou o Brasil como um país muito desigual - traço ainda predominante em suas características econômico-sociais

contemporâneas. Desde aquele contexto a desigualdade se traduziu também no não atendimento às necessidades básicas da população, a exemplo da moradia. Nacionalmente, a época em que se deu a abertura política, nos anos 1980 e 1990 do século XX, foi um período em que se destaca a presença de muitos movimentos e lutas pela construção da Política Urbana no Brasil.

Em 1985 foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana que, a princípio, tinha por reivindicação a moradia. No entanto, no fim do regime militar, ampliou o espectro de sua luta, defendendo a ideia de “cidade para todos”¹⁰, não visando apenas a moradia em si, mas também toda a infraestrutura que fosse necessária, serviços públicos de diversas ordens, como escolas, asfalto, transporte e segurança.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana articulou o cenário de participação popular em todo o Brasil no processo da Constituinte de 1988, formado por um grupo heterogêneo, cujos participantes atuavam em diferentes e complementares temáticas do campo urbano. Reuniu-se uma série de organizações da sociedade civil, movimentos, entidades de profissionais, organizações não-governamentais, sindicatos. Entre eles a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (FAMERJ), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros. Essas entidades assumiram a tarefa de elaborar uma proposta de lei a ser incorporada na Constituição Federal, com o objetivo de modificar o perfil excludente das cidades brasileiras, marcadas pela precariedade das políticas públicas de saneamento, habitação, transporte e ocupação do solo urbano, assim configuradas pela omissão e descaso dos poderes públicos (SAULE JUNIOR; UZZO, 2006, p. 2).

O Movimento Nacional da Reforma Urbana, paralelamente à evidenciação dos problemas habitacionais, articulou o cenário de participação popular mesmo formado por um grupo heterogêneo como supracitado. Naquele momento histórico o objetivo único era elaborar uma proposta de lei para modificar o perfil excludente das cidades brasileiras. Com isso, a Constituição Federal do Brasil de 1988 significou um grande avanço para todos os âmbitos do direito (políticos, civis e sociais), uma conquista para todos os movimentos que se articularam no território nacional. A promulgação da Carta Magna de 1988 apresentou-se também como uma vitória para o Movimento Nacional da Reforma Urbana, por trazer um capítulo específico voltado à Política Urbana

¹⁰ A autora Raquel Rolnik se utiliza da expressão para explicar o direito à moradia a todos, de uma maneira que os pobres não sejam excluídos do planejamento da urbanização das cidades.

(Capítulo II), que busca diminuir as desigualdades criadas pela política de urbanização brasileira adotada até então.

3.2 MORADIA NA POLÍTICA URBANA BRASILEIRA

Partindo deste contexto do capitalismo monopolista, para Rolnik (2015) “a Constituição de 1988 incorporou um capítulo sobre a política urbana, estruturado em torno da noção de função social da cidade e da propriedade, de reconhecimento dos direitos de posse [...]” (2015, p. 264-265), que legitimou o direito da população mais pobre, sendo um período de grande repercussão do debate sobre a política urbana e, conseqüentemente, na década posterior, de crescimento dos processos de reformas urbanas nos municípios. Primeiro pela inserção do tema na Constituição de 1988, com artigos que tocam na função social da propriedade e indicam parâmetros para a destinação e uso do solo, admitindo implicitamente, o processo desigual de ocupação territorial do país, bem como explicitando o processo de mercantilização e valorização financeira da terra e, segundo, por sua organização enquanto política. Como é possível constatar, o capítulo II da Constituição Federal dispõe sobre a Política Urbana, nos artigos a seguir transcritos:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º O plano diretor, [...]. § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º É facultado ao poder público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu adequado aproveitamento, [...]. Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural [...]. (BRASIL, 2017a, p.30-31).

A regulamentação desses artigos da Constituição Federal de 1988 somente ocorreu em 2001 com a aprovação da Lei 10.257 - Estatuto da Cidade. Anteriormente à Constituição Federal de 1988, não existia referência à ordem urbanística no Brasil (ROLNIK, 2005). Este período de mais de uma década para tal regulamentação está diretamente associado à condução do Estado brasileiro sob princípios e programática

de gestão pública neoliberais, que determinou que direitos sociais no âmbito do direito à cidade (e nele o direito à moradia) não se concretizassem.

A referida conjuntura se expressa com o governo Fernando Collor de Mello, que eleito em 1990 pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), defende de que o Estado não deve intervir na sociedade e sim abrir espaço para que o mercado ofertasse mais serviços e produtos, efetivando propostas de gestão pública, sob o ideário neoliberal. Foi o pontapé na contramão das conquistas da política urbana brasileira no âmbito constitucional. A redução da intervenção estatal permanece no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Segundo Rolnik (2015), este período, cujo discurso era de Estado mínimo, foi favorável ao mercado, sem redução dos gastos públicos, uma falácia que direcionava ao mercado e à sociedade civil a promoção de direitos sociais, através do chamado terceiro setor e/ou do estímulo à expansão dos planos privados de seguridade (saúde e previdência social) o que, de fato, não proporcionou efetivação de tais direitos à ampla parcela da população. Também ficou sob a lógica do mercado a conquista da moradia, via financiamentos contratados pelos cidadãos, diretamente de bancos públicos/privados ou de construtoras.

Por outro lado, com o advento do Estatuto da Cidade avançou-se em relação à determinação da função social da terra, para que esta dimensão cumpra o atendimento aos interesses públicos e deixasse de ser objeto primordial de atendimento aos interesses do capital. A partir desse momento o quadro normativo visava garantir o direito à moradia digna, que atendesse a padrões mínimos de qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas, na contramão do imposto pela sociedade capitalista, que se orientava através da especulação imobiliária e da financeirização tendo a terra como fonte de renda.

A “função social da cidade e da propriedade” citada na Constituição de 1988, quando abordada no Estatuto da Cidade, afirma que a cidade cumpre seu papel de função social ao assegurar o atendimento, bem como o acesso aos bens e serviços:

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001, p. 32).

A efetivação do direito à moradia passa a ganhar força diante do cenário brasileiro. O Estatuto da Cidade elucida a competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que concerne à implementação do direito à moradia, a qual passa a ser incorporada em diferentes normativas em nível dos municípios, bem como pressiona o governo federal à implantação de estrutura de apoio aos processos locais.

A moradia adequada no Brasil, um direito básico de cidadania, vem sendo tratada como uma prioridade pelo Estado a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 que estruturou uma série de medidas legais, financeiras e administrativas em dimensão proporcional ao problema de carência habitacional (GUARATUBA, 2015, p. 219).

O Partido dos Trabalhadores (PT) assume o governo em 2002, sob mandato de Luís Inácio Lula da Silva, que assume a Presidência da República. Nesse governo as camadas mais pobres passam a ter maior poder de consumo estimuladas pelos programas¹¹ de transferência de renda, aquecendo o mercado pelo estímulo ao crédito e por uma política de ajuste do salário-mínimo, que resultou em aumento real do poder de compra desta população, resultante de estratégias para ampliação do mercado interno. É um período de ascensão das políticas de combate à miséria e à fome. Concomitante com a aprovação do Estatuto da Cidade houve a crença em uma falsa ascensão econômico-social, conquistada pelo acesso ao consumo, bem como a ideia da garantia de reformas estruturais profundas como o acesso à terra e o direito à moradia, obscurecendo a diferença de poder na correlação de forças populares em relação ao capital, como contribui em sua exposição, para Oliveira (2010):

Contudo, a verdade escondida era a de que dificilmente poderiam, por si só, alterar o equilíbrio de forças e alavancar a reforma urbana e a redemocratização do acesso à terra. Os treze anos que se levaram para que os artigos da Constituição fossem tão somente regulamentados em uma lei definitiva - o Estatuto da Cidade - já foram um sinal inequívoco de que a esperada inversão da lógica não ocorreria tão facilmente (OLIVEIRA, 2010, p. 195).

¹¹ O Programa Bolsa Família foi criado pela lei Nº10.836 de 2004, o programa unificou o PNAA (Programa Nacional de Acesso à Alimentação), criado pelo governo Lula com programas de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre eles o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e Cadastro Único do Governo Federal.

A criação do Ministério das Cidades em 2003 coloca novamente em evidência a questão das carências habitacionais, bem como inicia também o planejamento em função disso.

A moradia se configura como um bem necessário à reprodução da vida e, enquanto tal, tem sido incluído no rol dos direitos sociais fundamentais. Porém, a sua produção em uma sociedade capitalista, enfrenta obstáculos que o tornam inacessível para a grande maioria da população. A produção capitalista de moradias, mesmo com financiamentos especiais alicerçados em fundos públicos, só atinge a uma parcela reduzida da população e, ainda assim, produz uma cidade profundamente desigual, já que o acesso às melhores localizações será sempre mediado pela renda. A intervenção do Estado aparece como fundamental, então, para a garantia do direito à moradia [...] (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 101).

Na primeira década de 2000, ocorreu um grande *boom* imobiliário com Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, que incentivou a construção de moradias para famílias de baixa renda via financiamento público através de agências financeiras e construtoras, cuja ônus de quitação foi repassado diretamente às famílias que acessam tal programa, produzindo uma massa de endividados a longo prazo.

A partir deste momento famílias que antes eram excluídas sócioespacialmente e/ou viviam em condições precárias podiam agora ter seu pedaço de terra, porém a propriedade de uma unidade habitacional tem sido acessada predominantemente via mercado, mesmo quando integra políticas sociais estas são operadas em estreita aliança do Estado com empresas da construção civil, tornando relativo seu caráter de direito social instituído como integrante do campo da proteção social pública.

As políticas sociais de habitação são operadas via mercado com estratégias de estímulo ao consumo, passando a moradia a assumir um caráter de mercadoria, assim como outros desejos de bens móveis que passam a ser estimulados ao grande público de trabalhadores – inclusive fixando padrões de consumo. A moradia consolida-se mercadoria, processo de financeirização da mesma, o Estado passa para a família a dívida que em tese, num Estado comprometido com o provimento de políticas sociais, ocorreria com recursos do fundo público.

O problema fundamental na economia capitalista é que a moradia e o solo urbano são bens privados e mercadorias e, como mercadorias, são bens que podem ser vendidas e compradas. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. E como qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 13).

A lógica do consumo, pautada no valor de troca está impregnada na sociedade brasileira, independente de classe social, decorrente da sociabilidade capitalista. Esse momento sinaliza a entrada das famílias trabalhadoras de baixa renda no mercado habitacional e, conseqüentemente, no respectivo mercado financeiro imobiliário. Ainda, sob a lógica da financeirização, quando quitado, o imóvel pode ser refinanciado, passando a funcionar como um caixa eletrônico, usado para a geração de dinheiro, a exemplo do que vem ocorrendo em países como Estados Unidos da América (EUA), Espanha, dentre outros. A promoção da casa própria via crédito, bem como de bens de consumo essenciais, que, através do estímulo estatal, via políticas de subsídios ao consumo, atendem ao processo de acumulação de grandes empreiteiras, agentes financeiros e outros grupos integrantes da indústria de massa (ROLNIK, 2015).

Ao se adentrar no quesito terra, evidenciamos um debate sobre a “Guerra dos lugares”, categoria que intitula uma das obras de Raquel Rolnik (2015). Ou seja, de um lado o lugar como forma de remuneração de um capital financeiro e de outro como espaço de vida, de reprodução das relações sociais, políticas e culturais dos sujeitos. Nessa guerra, os pobres são direcionados aos lugares mais distantes da dinâmica de trabalho e dos serviços urbanos, nas periferias, nos territórios de baixo valor econômico, ao passo que as áreas centrais se destinam prioritariamente ao que é mais rentável ao capital e aos interesses dos políticos que detêm a hegemonia do governo de um dado território. Em nome do crescimento econômico e da acumulação de riquezas, o capital, muitas vezes induz a retirada de famílias de áreas de ocupações irregulares para o uso do solo com outra finalidade que não a moradia permanente, pois o setor imobiliário tem interesse em outros padrões de imóveis, sejam para fins comerciais, destinados a atividades turísticas, redes hoteleiras, aluguéis, lazer, dentre outros, a depender do local em que tais áreas de ocupação se situam no espaço urbano.

3.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Entendendo que a Regularização Fundiária compreende a participação de diversos sujeitos, em diferentes momentos, o Ministério das Cidades (2012) expõe que a Política de Regularização Fundiária perpassa por um processo de política

participativa que valoriza as singularidades e particularidades de cada área, o que sinaliza para a proposta de política pública descrita por Saquet (2015). Ou seja, a Política de Regularização trabalha envolvendo diversos sujeitos, de acordo com a Lei nº 11.977 de 7 de julho 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a Regularização Fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, os quais listamos a seguir:

[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a população moradora dos assentamentos informais, de maneira individual ou em grupo; cooperativas habitacionais, associações de moradores, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público; e entidades civis constituídas com a finalidade de promover atividades ligadas ao desenvolvimento urbano ou à regularização fundiária (BRASIL, 2012, p. 13).

Levando em consideração a regularização em assentamentos localizados em áreas urbanas, os moradores diretamente interessados em obter a permanência num local de moradia nem sempre são ouvidos, não são instituídos pelas instâncias locais, canais de diálogo e participação popular, sob justificativa de que esses sujeitos não são capazes. De acordo com Tumelero (2014, p. 24) esse processo faz parte da biopolítica contemporânea que “é exercida através de um número de dispositivos e práticas, com propósitos vários, desde as medidas de segurança e a condução na circulação das pessoas, definição de padrões de sociabilidade, ao estímulo de consumo”, regulando, assim, o acesso às informações, padronizando a capacidade popular e reforçando a manutenção da sociabilidade capitalista.

Por outro lado o que se constata nos municípios litorâneos do Paraná são empresas assumindo a atribuição de organização e mediação junto aos moradores, dos processos de regularização, mediante a compra de um serviço jurídico-administrativo, que se ocupa das burocracias da obtenção da titularidade da propriedade e não se responsabiliza pelos aspectos relacionados a tudo o que implica a denominada "moradia digna", ou seja, o necessário acesso a infraestrutura urbana, o transporte e mobilidade desses cidadãos aos locais de trabalho e circulação pelos espaços públicos, o acesso a serviços sociais em equipamentos de educação, saúde, segurança e no próprio bairro.

A direção adotada para as políticas públicas nesses pequenos municípios está totalmente atrelada a processos de terceirização de serviços e/ou prestação privada do serviço à população, sem ao menos a preocupação de regulação da questão

habitacional pelos agentes públicos municipais para diminuição das desigualdades das cidades. Portanto, isso depende não somente da participação dos moradores na elaboração e efetivação dessa política de maneira a tornar o direito à moradia uma realidade, mas também dos gestores em todos níveis.

Tomamos como ponto de partida o entendimento de que a moradia e o solo urbano são bens necessários para a nossa existência na cidade, ou seja, são bens fundamentais para a nossa reprodução social (em outras palavras, para a nossa vida) na cidade (SANTOS JUNIOR, 2017, p.13).

Na regularização fundiária “um dos objetivos mais importantes [...] é a integração plena dos assentamentos à cidade, instituindo regras de controle de uso e ocupação do solo [...]”. (BRASIL, 2017c, p. 64). O uso e ocupação do solo constitui juridicamente a primeira e mais importante etapa realizada na construção do tecido urbano, que é a urbanização. Por conseguinte, para atender as famílias com baixa renda, que moram em áreas de ocupações irregulares, foi criada a figura jurídica da Regularização Fundiária em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). De acordo com a Lei nº 13.465, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, em seu artigo 18, a ZEIS “serve como instrumento de planejamento urbano [...], no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território” (BRASIL, 2017b, p.1). Desta forma o parágrafo 1º do artigo 18, da mencionada Lei, define o que considera ZEIS:

§ 1º Para efeitos desta Lei, considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pelo plano diretor ou definida por outra lei municipal, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo (BRASIL, 2017b, p. 1).

Assim a ocupação e o uso do solo terão regras específicas em cada município, e a ZEIS serão o instrumento de planejamento no território de cada município instituídas no Plano Diretor ou em outra lei municipal, atendendo as necessidades relacionadas à moradia para população de baixa renda. O uso e ocupação do solo com finalidade de moradia será atendido pela ZEIS, no entanto, esse processo é perpassado também pelo interesse da economia capitalista, que em nome do crescimento econômico, por muitas vezes, apresenta interesses diferentes daqueles da população que vive e constrói seu território. O uso do solo é visto pelo setor imobiliário com interesse diferenciado (a terra serve para além da moradia, para comércio, casas de outro padrão entre muitos outros). Nessa direção Rolnik expressa que:

Em tempos de capitalismo financeirizado, em que a extração de renda sobrepõe-se ao mais valor do capital produtivo, terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. Isso tem produzido consequências dramáticas, especialmente - não exclusivamente - nas economias emergentes. As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre os territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob a constante ameaça de espoliação de seus ativos territoriais (2015, p. 152)

Destarte, o melhor uso da terra é aquele mais rentável para o capital de acordo com Rolnik (2015), no caso o capital financeiro imobiliário e não o que as pessoas precisam ou querem. Esta mesma autora afirma que sob a perspectiva neoliberal da economia, a imagem de cidade a ser veiculada para os "consumidores" deve ser sem favela, sem pobreza, somente o que é mais rentável ao capital deve ser evidenciado, então o lugar do pobre é nas periferias.

Ao contrário, entendemos que o lugar das pessoas, independentemente de sua classe social, é onde elas optem por se fixar, seja permanentemente ou temporariamente, não onde o capital financeiro imobiliário deseja. Cidade é construída por essas pessoas que desejam, sonham e querem um lugar para construir sua moradia, não de uma unidade habitacional privada, pela lógica do capital. A moradia é o local onde as pessoas se percebem, se identificam e tem um pertencimento formando o território e sua territorialidade, que será apresentada no próximo tópico.

4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: DESLOCAMENTO, RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO

4.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL

Considerando o conceito de território busca-se incorporar as relações sociais e econômicas dos moradores frente aos desafios vivenciados no município de Guaratuba e a lógica mercantilista. Esta reflexão teórica busca pensar a produção do espaço territorial de forma a apresentar o bairro Carvoeiro como resultado de um determinado espaço geográfico. Conforme Haesbaert (2004), o território é “funcional” e “simbólico” em diferentes percepções constrói o domínio sobre o espaço territorial tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. Portanto, o território “não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser” (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Para compreender-se o desenvolvimento na perspectiva de identificar-se e valorizar um território foi preciso diferenciar “território dado” de “território construído”. Para Pecqueur (2005, p. 12), o desenvolvimento territorial se caracteriza a partir de “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”.

O território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como pré-existente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território *a priori*; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição [...]. O território construído: nessa perspectiva, o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado *a posteriori*. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar [...] (PECQUEUR, 2005, p.12-13).

O território dado, tal como expõe Pecqueur (2005), é um território posto como pré-existente. Portanto é uma área do espaço que é objeto de observação. O território construído é, por outro lado, o resultado de um processo de construção pelos moradores “atores”, ele é visto posteriormente. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar e, conforme o autor, é estabelecido por elementos escolhidos pelos próprios moradores desse bairro. Dessa maneira, primeiramente

apresenta-se o território dado em sua forma original, pré-existente e, posteriormente, o território construído e percebido através dos moradores desse bairro estudado.

Na figura 4, a seguir, são representados através do Jardim Jiçara (planta 30) e Balneário Jurimar (planta 32) o Bairro Carvoeiro, objeto deste estudo. O mapa do loteamento demonstra a divisão dos bairros que já passaram pelo processo de loteamento e a divisão de terrenos que são utilizados para venda.

Desde logo, assim se define a forma de ocupação da terra urbana: divididas em lotes geográficos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A lógica capitalista passa ser então parâmetro essencial na condução uma política de ocupação da cidade; que expressa também na intervenção do Estado. O que há de mais forte e poderoso atrás da ideia de planejar a cidade, é sua correspondência com uma visão da cidade, é sua correspondência com uma visão da cidade como algo que possa funcionar como um mecanismo realojaria, mecanicamente (ROLNIK, 2004, p. 39-40).

Já a figura 5 demonstra a divisão de uma área em unidades individualizadas segundo suas características de utilização do solo. Isso acontece devido Decreto Estadual nº10.855, de 23 de abril de 2014, que estabelece o Zoneamento, Uso e ocupação do Solo para município de Guaratuba. Assim fica definido no artigo segundo deste decreto, que:

Art. 2.º Com base no Plano Diretor do Município de Guaratuba fica aprovado o Regulamento que define o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Guaratuba, suas diretrizes e normas de uso, na forma dos Anexos que fazem parte integrante do presente Decreto.

Nesse mesmo decreto, no artigo 4, parágrafo primeiro, o Conselho do Litoral delimita sua função perante Zoneamento, Uso e ocupação do Solo para município de Guaratuba:

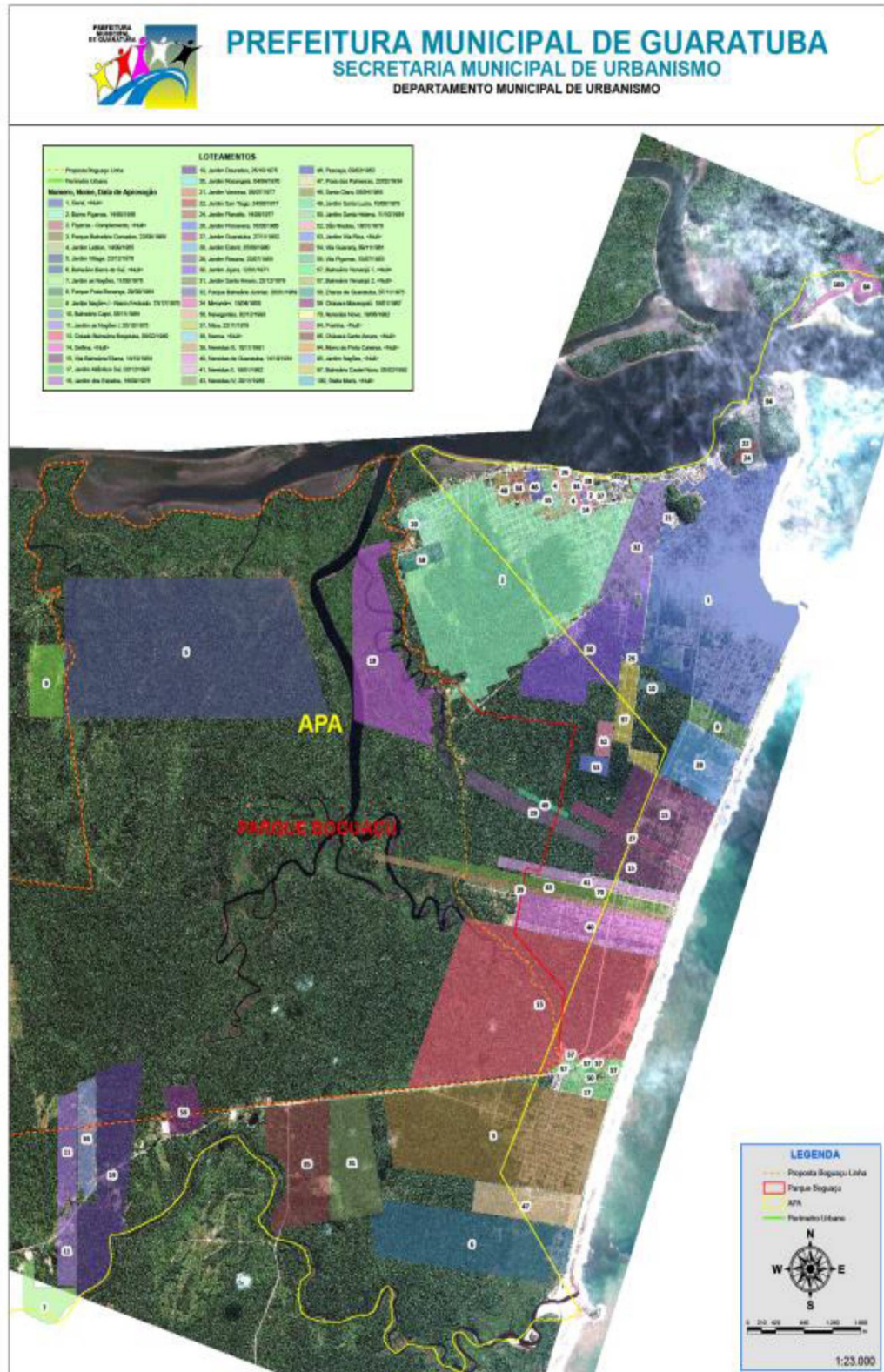
§ 1º Caberá ao Conselho do Litoral o exame e anuência prévia para os Projetos Urbanísticos e de Parcelamento do Solo; de edificações com qualquer área ou altura quando situadas em Zonas de Preservação Ambiental – ZPRA, de Transição - ZT e de Proteção Ambiental – ZPA e com 3 (três) ou mais pavimentos quando situadas nas demais áreas do perímetro urbano; e de qualquer empreendimento a se instalar em Área Rural do município de Guaratuba (PARANÁ, 2004, p.1).

Em momentos anteriores o Município de Guaratuba também teve outras leis, tais como a Lei nº1.165, de 14 de novembro de 2005, que dispôs sobre o Parcelamento do Solo Urbano, sobre empreendimentos em forma de condomínios

horizontais; a Lei Nº 1.163, de 14 de novembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor, estabeleceu objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Guaratuba; a Lei Nº 1.166, de 14 de novembro de 2005, que definiu o perímetro urbano do Município de Guaratuba, todas com referenciais para a gestão urbana e que incidem diretamente na produção da cidade.

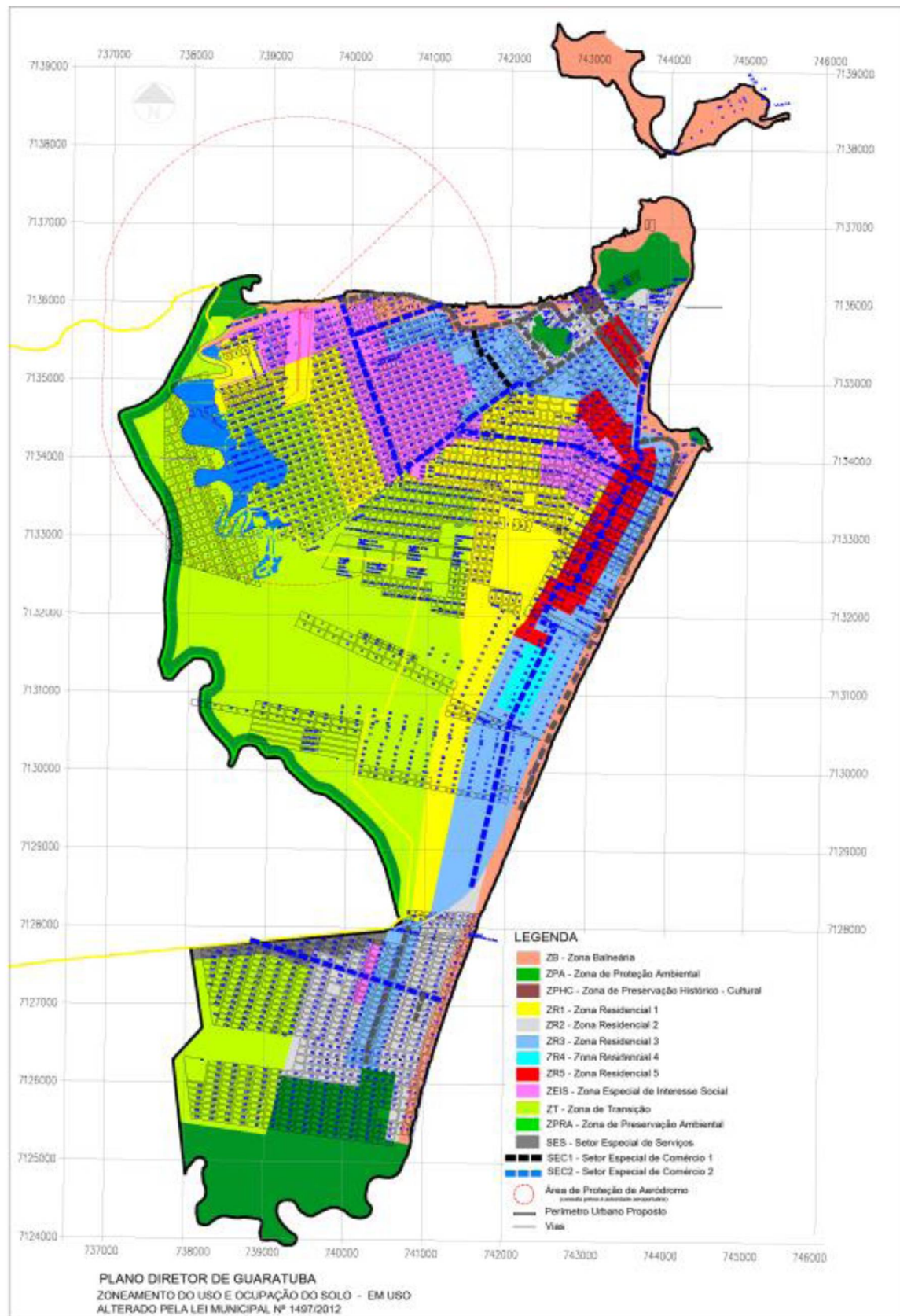
Além dessas leis, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta o processo de planejamento das cidades abrangendo uma série de fatores entre eles: Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo; Perímetro Urbano; Parcelamento do Solo; Drenagem; Sistema Viário; Fundo de Desenvolvimento e Investimentos; Código de Obras e Posturas; Código de Vigilância Sanitária; Códigos Ambientais; Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir e Estudo do Impacto de Vizinhança e que deve repercutir em normatizações de âmbito municipal.

FIGURA 4 – MAPA LOTEAMENTOS DE GUARATUBA



Fonte: GUARATUBA, 2018.

FIGURA 5 – MAPA ZONEAMENTO GUARATUBA



Fonte: GUARATUBA,2018.

Entender o conceito de território é essencial à interpretação das relações vivenciadas pelas pessoas no bairro, na vizinhança onde residem, a exemplo do espaço delimitado nessa pesquisa, o bairro Carvoeiro em Guaratuba.

Vizinho nenhum, muito pelo contrário tenho muita amizade. Não ligo para as brigas que acontece dentro da casa dele, e eles não ligam pra mim também, pelo contrário, quando eles precisam e eu tenho eu arrumo, amizade aqui é muito boa. Eu tenho vergonha de tá pedindo as coisas para as pessoas. Meu genro e minha filha pede leite para vizinha ela arruma, pedi 10, 15 reais o vizinho ali arruma também, o outro vizinho ali também. Bicicleta precisa também, o vizinho arruma ali ligeirinho. Sempre são bons vizinhos, sempre foram boa pessoa. O vizinho mal a gente sabe (Sujeito 4).

O sentido de pertencimento e cooperação em situações de dificuldades pelas quais passa cada um, pois viver em um território envolve inúmeras relações sociais, sejam elas atravessadas por deslocamentos, resistências, apropriações socioculturais construídas por relações de longa data, com interações que passam a significar pertencimento.

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo da terra-territorium quanto de *térreo-terror* (terror-aterroizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídica-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo-especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam aliados da terra, ou no *territorium* são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que tem o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2004, p.1).

O território é um lugar que representa muito mais que um espaço geográfico, é o local onde as pessoas depositam valores simbólicos, muitas vezes mais importantes do que o que está dito pela sociedade capitalista como tal. Considerando as múltiplas dimensões de sua constituição, vale mencionar os valores simbólicos do território os quais remetem ao conceito de representação social estabelecido por Moscovici (2007), a partir de 1961 no qual o autor aponta a importância das construções sociais a partir da imagem que a pessoa faz do objeto que tem um significado para si.

Nesse caso, pode-se considerar o território um espaço no qual ocorrem os conflitos de interesses, de disputas, as trocas, o saber, bem como as expectativas e sonhos; é o lugar que está sempre em construção e reconstrução, na relação direta da intervenção dos sujeitos sociais nesses espaços. O território é um espaço político,

social, cultural e econômico que ganha muito sentido à medida que lhes são atribuídos importância e significado, ao que corresponde ao território.

O território é assim produto concreto da luta travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. [...]. Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *príus* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

É uma contínua luta da sociedade, é construção, reconstrução e ao mesmo tempo desconstrução que formam um território. Entendendo que o que contribui para esta visão de um território socialmente construído é a apreensão da realidade heterogênea, complexa, fragmentada e desigual que caracterizam a construção, apropriação e uso deste território em diferentes momentos históricos da sociedade.

Raffestin (1993) afirma que território é o espaço produzido e construído por atores, e:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São estes atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um processo do território quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 7).

Um território não se configura sem poder. Assim, pode-se entender o território dentro das ocupações irregulares no bairro Carvoeiro como “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144). O território constituído pelos seres humanos é um local de diversas oportunidades, inclusive de moradia, e aquele que ocupa um espaço, em princípio, o transforma em território com toda intencionalidade, reproduzindo tantas relações desiguais quanto movimentos de resistência diante de correlações de forças profundamente díspares. O território envolve uma série de relações de poder, é “uma produção, a partir do espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Andrade elucida que:

O “espaço social”, aquele caracterizado pelo valor de uso, para reprodução da vida, este conta com a “ausência” quase total de investimentos por parte do Estado, provocando a expansão de territórios denominados comumente de precários, vulneráveis ou ainda como ocupações ilegais ou clandestinas (ANDRADE 2012, p. 62).

O território é o espaço vivido, mas também produzido por um sistema capitalista, altamente concentrador e excludente. Um exemplo às avessas disso é a ocupação irregular, onde são pessoas que não pagaram a terra, mas estão usando, ou seja, aquele que ocupa não legitima o poder que representa esse sistema instituído, não está se subordinando ao sistema produtivo e financeiro do capital, seja pela falta de condições econômicas de possuir uma moradia (sob a lógica do consumo de uma habitação privada), seja pela luta para que o território seja um direito social com valor de uso e não de troca, que confronta o sistema mercantil.

Toda produção de território é social e está sempre em transformação, não estando finalizada. Os territórios são construídos nas relações de acúmulo e desacumulo (materiais e simbólicos), empobrecimento e enriquecimento. O território é resultado de uma construção social de atores (território dado versus território construído). A formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores, que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns.

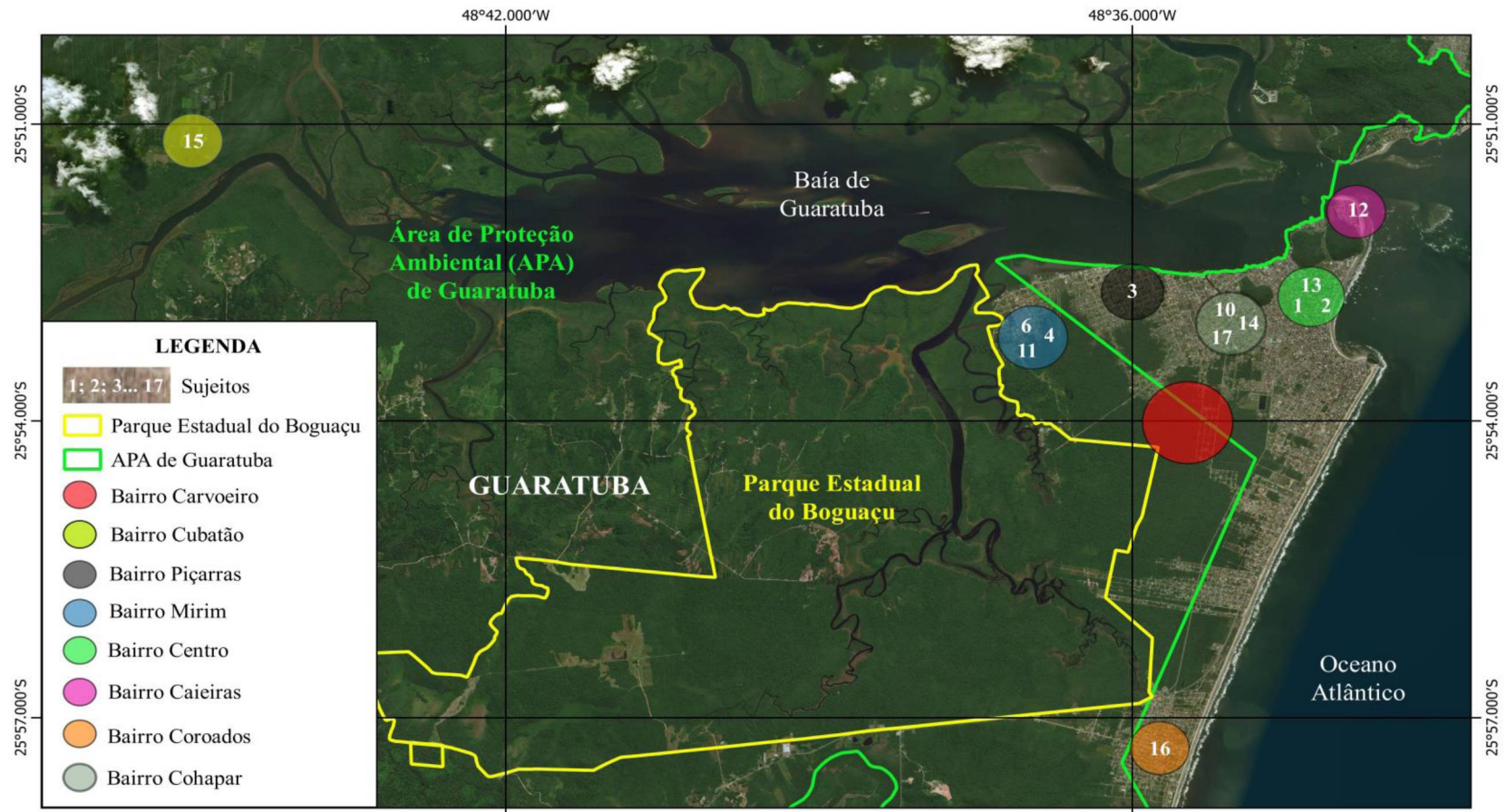
4.2 DESLOCAMENTOS E PERMANÊNCIA


Os A dinâmica de ocupação do bairro Carvoeiro é descrita de maneira ilustrativa através da Figura 6, que descreve os deslocamentos dos moradores entrevistados, que residem atualmente no Bairro Carvoeiro; o mapa demonstra que 13 dos 17 moradores entrevistados residiam em algum bairro ou local no município de Guaratuba, sendo esse o seu último local de moradia antes de mudar para o Bairro Carvoeiro, onde residem há mais de dez anos. Quatro dos moradores entrevistados não estão identificados na Figura 6, pois os sujeitos (moradores) 5, 7, 8 e 9 residiam fora do município de Guaratuba antes de vir morar no Bairro do Carvoeiro, tendo como procedência os municípios de Pouso Redondo/SC, Colombo/PR e Curitiba/PR, sendo dois deles da capital do estado do Paraná. Entende-se que a maioria dos moradores antes de residir no Bairro Carvoeiro passou por outros bairros no município de Guaratuba, assim vamos descrever essa trajetória de periferização que a maioria dos moradores vivenciou.

Da área rural do Cubatão, localizada próximo da cidade de Garuva, Estado de Santa Catarina, apenas um morador (sujeito 15) mudou-se da área rural de Guaratuba

para a cidade, diretamente para o bairro Carvoeiro. Já dentro da cidade de Guaratuba, porém procedente de bairros, um morador vem bairro Coroados (sujeito 16), um do bairro Caieiras (sujeito 12), um do Bairro Piçarras (sujeito 3). Dos bairros COHAPAR (sujeitos 10, 14 e 17), Mirim (sujeitos 6, 4 e 11) e Centro (sujeitos 1, 2 e 13) são três moradores que residiam em cada bairro desses antes de se mudarem para o bairro Carvoeiro, caracterizado na Figura 6 com a cor vermelha.

FIGURA 6 - MAPA DE DESLOCAMENTO DOS MORADORES DO BAIRRO CARVOEIRO ENTREVISTADOS



<p>DADOS:</p> <p>IBGE (2015) - Limites Municipais</p> <p>IAP (2015) - Unidades de Conservação</p> <p>A autora (2018) - Localização dos Bairros</p> <p>Bing Satélite - Mapa Base</p>	<p>Coodernadas Geográficas</p> <p>Datum: WGS - 84</p>	<p>N</p> <p>Escala 1:65.000</p> <p>1 0 1 2 km</p>	<p>Elaboração: Dezembro / 2018</p> <p>Autoria: Fernanda F. Alvares</p>	<p>Apoio Técnico:</p> 
--	---	---	--	---

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Município de Guaratuba “inicia na linha de Tombamento da Serra do Mar e abrange parte dos municípios de Guaratuba, Matinhos, Tijucas do Sul, São José dos Pinhais e Morretes” (GUARATUBA, 2002b, p.10). Sendo que “83% do litoral paranaense é demarcado como áreas de preservação ambiental, a maior parte de conservação de Mata Atlântica” (MONTEIRO, 2012, p.1).

No município de Guaratuba a APA atinge aproximadamente 98% do seu território, e na área urbana atinge total ou parcialmente 24 loteamentos. São loteamentos atingidos pela APA de Guaratuba: Jardim Village, Jardim Nações Bairro Fechado, Jardim dos Estados, Planta Piçarras, Jiçara, Vila Rica, Castel Novo, Eliana, Jardim Rosana, Jardim Guaratuba, Nereidas de Guaratuba, Nereidas 2, Nereidas 3, Nereidas 4, Nereidas Novo, Cidade Balnearia Brejatuba, Chácara Santo Amaro, Jardim Santo Amaro, Barra do Saí, Palmeiras, Jardim Nações I, Jardim Nações, Jardim As Nações, Parque Balneário Coroados (GUARATUBA, 2002b, p.100).

Entende-se que as Unidades de Proteção Integral tem o objetivo de: “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei” (grifo nosso. PARANÁ, 2019, p.1). As Unidades de Proteção Integral são formadas por cinco categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. E o objetivo das “**Unidades de Uso Sustentável** é compatibilizar a **conservação** da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. (grifo nosso, PARANÁ, 2019, p.1). As Unidades de Uso Sustentável são divididas em sete categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O decreto 4.056 de 26 de fevereiro de 1998 criou o Parque Estadual do Boguaçu no Município de Guaratuba, (descrito na Figura 6, com traçado amarelo). O artigo primeiro do referido Decreto informa que o Parque Boguaçu tem “área de 6.052 ha, com o objetivo de assegurar a preservação de ecossistemas típicos dos manguezais e restingas, patrimônio arqueológico e pré-histórico, em especial o Sambaquis” (GUARATUBA, 1998, p. 1).

Nesse sentido, o bairro pesquisado avança em direção ao Parque Estadual do Boguaçu como pode ser visualizado na Figura 6, seguindo os padrões gerais de ocupações irregulares (bairros mais afastados, baixa renda) e que adentram áreas

de preservação ambiental sem condições sanitárias mínimas. Gera-se, assim, uma cidade sem infraestrutura, muitas vezes em margens de rios, áreas públicas ou de preservação como é o caso do bairro Carvoeiro.

Em decorrência do adensamento da ocupação da orla, tendência devido ao turismo de sol e praia, juntamente com o fluxo de imigrantes, outras áreas mais afastadas começaram a ser ocupadas de maneira mais intensa, com predominância de moradores permanentes.

Nas grandes cidades, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro dos negócios, adiante o bairro boêmio onde rola vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda bairro proletariado (ROLNIK, 2004, p. 28-29).

Mesmo que a descrição da autora seja mais evidente nas grandes cidades cujas atividades são setorizadas, a dinâmica de segregação socioespacial se repete em municípios menores e de acordo com suas atividades econômicas. No caso de Guaratuba, a intensificação do uso da orla para construção de edifícios e residências de médio e alto padrão, destinados a veranistas e com uso sazonal, determina a periferização de trabalhadores, moradores de baixa renda que habitavam tal espaço.

É importante enfatizar que há um processo de periferização e segregação das pessoas na própria dinâmica do crescimento das cidades. Ao contrário do que falam em senso comum, as pessoas acreditam que os moradores das ocupações irregulares vieram diretamente de outros municípios. Como verifica-se através da Figura 6, dos 17 moradores entrevistados, apenas quatro desses vieram de localidades que não o município de Guaratuba.

Sendo as pessoas moradoras desse município, à medida que habitam vão obtendo infraestrutura urbana e, conseqüentemente, elevando o custo de morar nestes locais, podendo sofrer pressão para que vendam seus terrenos ao mercado imobiliário e da construção civil, para consecução de empreendimentos de alta rentabilidade a esses setores. Assim sendo, dificilmente as pessoas de baixa renda conseguem acompanhar processos de melhorias na habitação, de acordo com que vai sendo investido em determinados bairros, bem como não conseguem arcar com altos custos de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que aumenta à medida que se ampliam serviços e infraestrutura de um determinado local. Então ocorre essa mobilidade interna nas cidades.

Dessa maneira, de acordo com Rolnik (2015), a forma de produção das cidades no capitalismo empurra os moradores para as periferias e, no caso do município de Guaratuba tem a ver com a valorização da orla marítima, por ser cidade litorânea, com permissão de edificações com padrão construtivo que garante ao mercado da construção civil fazer prédios que viabilizam muitas unidades habitacionais.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece o seu lugar e se sentem estrangeiro nos demais. É a este movimento de superação de classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial (ROLNIK, 2004, p.29).

No bairro Carvoeiro o espaço de vivência é construído pela maneira como os moradores ocupam a terra; essa ocupação constitui-se no uso do espaço, na qual os moradores criam sua própria interação com o território e qualificam a formação do território a partir do qual aplicam seus saberes, costumes e tempo na construção social do lugar onde vivem e vivenciam sua existência. Cada bairro da cidade de Guaratuba pode apresentar uma formação diferente, cada qual com sua especificidade, pois há diversidade dos povos, valores simbólicos e a relação do morador com lugar que vivencia.

Segundo Laraia “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações [...]” (1986, p. 11).

O espaço é, portanto, palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais (SOUZA, 1999, p.133).

O desenvolvimento dos territórios, assim entendendo o bairro Carvoeiro como território, consiste, logo em se apropriar dessas condições citadas e identificar o que constitui o potencial do território. Essas condições não se definem no abstrato, elas dependem essencialmente da maneira e contexto no qual se inscreve a dinâmica de formação do território, levando em consideração os fatores sociais, econômicos e culturais.

A formação do bairro Carvoeiro não foi um processo organizado politicamente por associações, mas aconteceu/acontece em uma dinâmica mais espontaneísta, por relações familiares, parentesco. Uma das questões mais relatadas nas entrevistas com os moradores do bairro Carvoeiro são os motivos que trouxeram os moradores a ocupar esse local, entre eles está o vínculo com familiares, as relações de parentesco que faz com que os moradores escolham determinada cidade, bem como este bairro para vivenciar a ocupação.

Alguns relatos registrados durante a pesquisa permitiram evidenciar essas situações como sendo grandes motivadoras do deslocamento das pessoas para o bairro estudado, uma vez que a maioria dos entrevistados tiveram a presença de seus familiares já morando nessa localidade anteriormente, o que determinou com que eles fizessem essa escolha, ou seja, a opção se deu primordialmente através dessas relações familiares.

Independência, já tinha **meu irmão**, mas eu vim sozinha, daí o amor veio atrás (Sujeito 2); Chegamos primeiro, que minha **mãe** morava mesmo era na Caieiras, nós moramos na beira da praia (Sujeito 3); A **família** já morava aqui (Sujeito 6); Parente e sair do aluguel. Tinha **parente** aqui (Sujeito 7); trabalha com Palmito não tinha pra onde ir. Minha **família** é toda de Guaratuba (Sujeito 10); Gosto daqui minha família tá aqui, quando **eu** preciso eles tão aqui, eu moro sozinha, eu preciso da **família, quem não precisa**. (Sujeito 11). Por causa dos meus **parentes** mesmo, porque minha vó e meu vô sempre foram daqui (Sujeito 13); Eu morava cá, minha **mãe** na Piçarras daí vendi lá e comprei perto da tia, pra ficar mais próxima (Sujeito 14); Cheguei em Guaratuba e a gente ficamos na casa da minha **tia**, ficamos até meu pai conseguir isso aqui, daí a gente veio para cá. Faz 21 anos eu tinha 18 anos Já, eu já mudei daqui né? Mas daí num deu certo, daí eu voltei, eu voltei mais por causa da **minha mãe**, ela ficou sozinha, daí eu tive que volta pra fica com ela né? (Sujeito 15); Desemprego, **parentes**, que lá é uma região agrícola, o governo não investe na agricultura, eu tava aqui numa visita no aniversário do meu sobrinho, e eu tava vendo o jornal local e vi um teste seletivo em 96, fiz, passei e nunca mais fui embora (Sujeito 16); **Família** e emprego passei no concurso, desde 92. (Grifos nossos).

A família exerce um papel bastante importante nas motivações de deslocamentos, “a função de solidariedade que seria inerente à sociedade moderna do bem-estar¹² transferida para proteção familiar, vizinhos e da localidade” (Telles, 2014, p. 142). Os moradores entrevistados em geral entendem a família como “suporte”, estratégia de sobrevivência, não somente a família consanguínea, mas redes de vizinhança e afinidade.

¹² Entende-se que no Brasil não aconteceu o Estado de Bem Estar Social. Para maiores informações sobre esta tese, consultar BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Políticas Sociais: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2008.

No Brasil, as políticas públicas não atingem a universalização, dessa maneira, as famílias, redes de parentesco e vizinhança, acabaram por cumprir esse papel de aporte entre si fazendo o papel do Estado. Nas entrevistas citadas anteriormente também aparecem como elementos que motivaram o deslocamento dos moradores, a questão de trabalho e emprego, que segundo os dados do IBGE (2016), o pessoal ocupado assalariado é de 5.802 pessoas trabalhando e recebendo salário. De acordo com o IPARDES (2019) nos Cadernos Municipais de Guaratuba a população em idade ativa é de 24.156 pessoas, porém a economicamente ativa é de 12.881 pessoas. Enquanto que a população ocupada¹³ 12.268 pessoas. A população ocupada é maior do que a de pessoal ocupado assalariado, ou seja, menos da metade trabalha formalmente e assegura os direitos sociais e trabalhistas correspondentes. Considerando que a população em idade ativa é 24.156 pessoas o déficit de emprego formal é considerado grande, pois existem apenas 5.802 pessoas trabalhando formalmente.

É possível notar em outras falas, motivações diferenciadas de alguns sujeitos entrevistados para ocupar o mesmo bairro, como o local ser sossegado, tranquilo ou por questão religiosa.

Recuperação da saúde, sossego, tive traumatismo craniano. Foi orientação de Deus, eu orei a Deus mesmo, de joelho dobrado, chorando e um dia ele me falou, vai para Guaratuba, não entendo até hoje, tô igual Abraão, eu amo esse lugar, amo, amo, amo (Sujeito 5); E que achei o melhor assim pra gente sobreviver, mais sossego né? Daí os piás tudo mora cá, os filhos moram para cá, acho bom por causa disso (Sujeito 8); Tranquilidade, aqui era mais calmo. Não tinha parente aqui não, já conheço desde que tinha 7 anos, era um deserto, deserto, toda vida gostei daqui. Fui lá para Matinhos, Caiobá, sei lá, mas Guaratuba ficou assim pra mim, eu só conhecia o miolo, não para as beiras, parecia que aqui tinha mais ar, mais verde (Sujeito 9).

Este movimento entendido como deslocamento geralmente tem motivação, mas também tem outro fator com influência significativa nas decisões que se referem a direção, ou seja, a facilidade, agilidade e fluidez com que a pessoa consegue chegar até a região de maior concentração comercial ou de outros serviços que atendam suas necessidades, ou seja, o fluxo da periferia¹⁴ (bairros) para o centro e também o contrário, do centro para a periferia (bairros):

¹³ Pessoal Ocupado Assalariado- pessoas economicamente ativas que recebem salário; População ocupada: pessoas que são consideradas ocupadas pois trabalham voluntariamente, em conselhos entre outros. IBGE (2016).

¹⁴ Por periferia entende-se sempre bairros mais afastados, periféricos.

Centro para periferia (bairros): Morei no Centro, depois comprei a casa no conjunto do Carvoeiro (Sujeito 1); Morava na Caieiras, vendi minha casa lá e comprei aqui no Carvoeiro, faz 23 anos (Sujeito 12); Morava no centro, bem depois né, depois de 20 anos vim pro Carvoeiro (Sujeito 13); Já morei em vários bairros. Centro, Cohapar, Carvoeiro início. Cada ano num buraco (Sujeito 17). Sei lá, nos estava morando no Piçarras, depois de Piçarras, o que foi que nós viemos para cá, ver ali (referência ao bairro), nós viemos comprar um cavalo, risos, daí nós achamos uma casa e compramos, ali na frente perto da valeta, mais para frente. Daí nós se apaixonou por aqui. A gente gosta daqui, não adianta. Não gosto lá do Piçarras, eu gosto de lá, mas gostei mais daqui. Tinha parente aqui, minha mãe, ela veio para cá e a gente veio atrás. Ela veio e nós veio atrás (Sujeito 3); morei no Mirim depois vim ali no aeroporto, voltei para Mirim outra vez, depois vim para cá, morei na Guaíra, daí vim para cá (Sujeito 10); morei no Mirim, morei doze anos no Mirim. Aqui faz dez anos que comprei, agora que construí a casa mesmo, meu filho fez para mim na verdade. Só vim fazer porque a mulher tava tomando conta. Eu moro aqui sozinha, só eu, meu gato e Deus (Sujeito 11); Eu morava cá, minha mãe na Piçarras daí vendi lá e comprei perto da tia, pra ficar mais próxima (Sujeito 14); Eu morei em coroados (Sujeito 16).

As autoras Rolnik (2015) e Maricato (1982) discutem o movimento de deslocamento como um movimento ocorrido na urbanização das cidades, considerando o processo excludente de formação dos centros urbanos, que vão elitizando as cidades e deixando sua população mais empobrecida à margem dela. Posto isso pode-se entender o movimento dos bairros centrais para periferias, bem como de bairros mais centrais para bairros mais periféricos, o que tem relação direta com o crescimento da cidade capitalista desigual. As cidades em sua maioria crescem sem serem planejadas e arquitetadas, e ao longo do seu crescimento vão se arranjando e se reconstruindo conforme as oportunidades ofertadas para população; para tanto nem sempre o que é proposto atende a necessidade de dada população, gerando assim grandes cidades sem planejamento.

Harvey (2005) afirma que estas são demandas segregacionistas com a produção de cidades espetáculos, no caso do litoral, cidades construídas para o turismo e temporadas¹⁵. Nesse caso, o uso e ocupação do solo sendo definido pelo mercado imobiliário configurado para o capital, isso porque o grande mercado imobiliário, a financeirização da terra e a especulação imobiliária definem as maneiras de uso e ocupação do espaço em disputa pelas classes sociais. Desta maneira, diminuem o povoamento das áreas centrais e aumentam os padrões de desigualdade no acesso à terra, a população mais empobrecida, sempre à margem das conquistas sociais como afirma Rolnik (2015). Portanto a formação de Guaratuba, cidade do litoral do Paraná, como várias outras cidades é configurada

¹⁵ Temporadas- período com grande fluxo de pessoas e trabalho nas cidades litorâneas.

para torná-la atrativa para novas relações socioeconômicas, uma técnica pautada na lógica capitalista.

Destarte, essas medidas, contudo, ao produzirem os centros urbanos reordenados conforme o capital, desvinculam a construção da questão da moradia. Como diria Rolnik (2015), os projetos urbanísticos não foram pensados para todos e muito menos para os pobres e para as famílias numerosas, pois pensar moradia não é pensar uma casa com paredes e sim pensar em todo um contexto familiar e urbano no qual as famílias beneficiadas serão contempladas. Esse é também um dos motivos da série de problemas que ocorrem com os projetos habitacionais populares pensados de longe da população e da realidade vivenciada.

Maricato (1982) explica que este movimento acontece por existirem forças, que dominam e controlam as cidades e que esta são palcos onde nossa vida se passa. As cidades são uma mercadoria e alguns capitais específicos lucram muito com a cidade; um exemplo que a autora apresenta é sobre a segregação espacial, a qual é necessária para o mercado imobiliário, porque a terra é uma mercadoria não reproduzível.

[...] a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem apenas a função de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico e ligado à geração e captação da renda imobiliária (MARICATO, 1982, p. 165).

Nesse contexto a cidade se forma em um espaço de disputas (econômicas, políticas e sociais) dentro do capitalismo. E este processo de transformações indicam constantes interesses de construção e reconstrução deste lugar. Com isso Caldeira afirma que:

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam culturalmente e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2000, p. 11).

A segregação destaca a tensão entre a “cidade regular” e a “cidade irregular”. Sendo que a “cidade regular” é o lugar planejado, a cidade pensada nos planos diretores, cujo direcionamento dos padrões é proposto pela sociedade

capitalista; já a “cidade irregular” não tem um planejamento, uma ordem para seguir, pois não é reconhecida nos planos diretores, uma vez que se constitui um lugar fora dos padrões estabelecidos, sem dimensões e características pré-acordadas.

A reprodução infinita do projeto-padrão na cidade reforça a norma. Assim, para o planejamento urbano, as favelas e áreas de invasão, assim como cortiços e os quintais, são habitações subnormais. Geralmente, o que o planejamento urbano chama de subnormal, a polícia chama de marginal e o povo em geral de má vizinhança, que desvaloriza o bairro. Evidentemente para quem mora ali essa é melhor maneira de conseguir morar em uma cidade cara e segregada” (ROLNIK, 2004, p.48-49).

E como resultado desse movimento, observa-se a divisão social de classes na qual a imagem da pobreza é retirada do centro, através da valorização da terra pelo grande capital. Rolnik (2015) afirma que este processo vai auxiliando a formação das ocupações irregulares por diversos motivos, mas principalmente porque aquele lugar se apresenta de um lado, como forma de remuneração de um capital financeiro e de outro como espaço de vida, de reprodução das relações sociais, políticas e culturais dos sujeitos.

A mesma autora aponta que esta “Guerra dos lugares” como intitulada pela autora em um dos seus livros, acontece diariamente e os pobres são induzidos aos lugares mais distantes dos centros urbanos, nas periferias e nos territórios menos rentáveis ao capital, sendo os grandes centros urbanos destinados ao que é mais rentável ao capital, a cidade se elitizando. “Do ponto de vista do capital, a favela ou cortiço, contradição do sistema que a reproduz e rejeita, é território inimigo que deve ser eliminado. É inimigo do capital imobiliário porque desvaloriza a região [...]” (ROLNIK, 2004, p.50).

Um outro movimento que vai acontecer é o movimento de deslocamento da área rural para periferia (bairros), pois o campo já não oferta mais as necessidades básicas, como emprego e educação para os filhos, precisando assim que os moradores destas áreas optem por algo que possa melhorar sua situação. Situações estas descritas por moradores que decidiram sair da área rural.

A gente já morava aqui (Guaratuba), a gente resolveu vir de lá pra cá devido um pouco de dificuldade. Lá para as crianças, estudos era ruim. E depois, quando a gente estava aqui, daí a gente ganhou, fizeram tipo de concurso para quem ia cuidar do lixão, daí eles tiraram a gente daqui e levaram para lá. Daí a gente saiu de lá, de volta e veio para cá, daí eles vieram buscar a gente de volta, vieram aqui no carvoeiro e levaram novamente (Sujeito 4);

Já morei em bastante chácara, já morei em Umuarama, já morei em São José Pinhais, já morei em Colombo (Sujeito 8).

O deslocamento da área rural para áreas periféricas é entendido como migração rural; este movimento acontece, pois, os moradores da área rural começam a ver que a área rural não provê mais sua subsistência de maneira digna, porém sua chegada aos centros urbanos é repleta de dificuldades, o que leva esta população mais empobrecida a fazer parte dos bairros de periferia, mesmo quando este vem com a esperança de um emprego na cidade.

A migração rural ocorre quando os moradores da área rural começam a migrar do campo para a cidade buscando melhores condições de vida; este fator vai acontecer por diversas situações como busca de emprego, acesso à saúde, serviços de educação, entre outros. Portela e Vesentini (1996) explicam como acontece este processo, que com a chegada das máquinas no campo o trabalho humano não se tornou tão necessário sendo aos poucos substituídos por máquinas, em funções que até então eram realizadas por trabalhadores rurais. Desta maneira perderam os empregos e encontraram na cidade uma alternativa para sobreviver. Esta realidade não acontece apenas no Município de Guaratuba e sim em todos os centros urbanos, sendo essa mais uma faceta do movimento de deslocamento dentro da sociedade classista capitalista.

A lógica dessa sociedade ao formar a cidade é que a aglomeração de uma população numerosa em um dado espaço cria um mercado. Então entendendo que a terra é uma mercadoria não reproduzível, porém capitalizada, se cria um processo que atinge as camadas mais empobrecidas da sociedade, que é de lógica capitalista, que é a produção “terra” como capital. Esse assunto é abordado na Constituição Federal como direito, porém entendida como mercadoria nesta sociedade que não compreende tal direito como de fato deveria ser, ou seja, o direito à terra dimensionado centralmente pelo valor de uso.

A análise desses diferentes movimentos de deslocamento dentro dessa ocupação irregular permite compreender como se resolve o acesso à moradia nesta realidade. Apontando para segregação socioespacial, bem como para a exclusão gerada pela urbanização da cidade, é que se evidencia a questão do déficit habitacional. Quando problematizamos esta questão, volta-se para a política

habitacional que depende das diretrizes do Estado, não do município, sendo que este processo também depende das regras do mercado.

Portanto, é uma contradição do sistema, já que o município não tem como agir sem a mediação do Estado e da União e esses níveis do Estado têm produzido políticas habitacionais sob as regras do mercado, o que não resolve as demandas de tal déficit. Por outro lado, esta demanda é consequência da ausência do poder público como assegurador de uma cidade que “absorva” todos os seus moradores, de maneira a assegurar uma vida digna. Esta informalidade na moradia se relaciona diretamente com a necessidade de sobrevivência.

Segundo Tonella,

Os dados quantitativos e qualitativos sobre as necessidades habitacionais apontam que os déficits mais expressivos concentram-se cada vez mais nas áreas urbanas e nas faixas mais baixas de renda da população estando localizadas, principalmente, nas regiões metropolitanas (TONELLA, 2013, p. 34).

Guaratuba apresenta uma população que cada vez mais se concentra no centro urbano, confirmando o que autora evidencia nos Cadernos Estatísticos do Município de Guaratuba (IPARDES 2017, p. 14), baseados em dados do IBGE (2010), que registra uma população urbana de 28.805 habitantes em contraponto à rural de 3.290 habitantes.

Segundo Lefebvre (1991, p. 91) a cidade constrói sua própria história através de homens/mulheres que escolhem ocupar espaço (terra), sendo que o direito à cidade seria na verdade um direito à vida urbana digna e plena, ou seja, ter acesso irrestrito a tudo que a cidade oferece. É sob tal perspectiva que se pretende explicitar com a pesquisa realizada, como se configura a territorialidade no bairro Carvoeiro, particularmente em relação ao processo de ocupação irregular, sua dinâmica, deslocamentos, resistências e noções de pertencimentos a esse território, o que será abordado no próximo tópico do trabalho.

4.3 DINÂMICAS DE TERRITORIALIDADE NO BAIRRO CARVOEIRO

A territorialidade é o território percebido, que segundo Haesbaert:

[...] além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2004, p.3).

Territorialidade é como as pessoas percebem o território, como elas organizam o espaço e lhe atribuem significado. Corrobora com este conceito, Rolnik (2015), quando diz que é o território como ele é percebido, ou seja, como espaço de vida, de apropriação, de criação, de expressão, de liberdade, de defesa e de experimentação. “Territorialidade pode ser definida como sentido de pertencer. É um sentimento de exclusividade [...]” (SILVEIRA, 2011, p.39).

Ao apropriar-se do território os entrevistados estabelecem relações com vizinhos, com os quais podem relacionar-se e receber apoio mútuo, mas ao mesmo tempo o espaço de convivência pode traduzir conflitos e desentendimentos por diversas razões, sendo essa uma das questões que nortearam o roteiro de entrevista.

Nada, só a igreja, nos enraizamos aqui, **vivo aqui por amor** (Sujeito 2). Sim, mas não quero, só se fosse para perto da praia, quem sabe quando eu ficar mais velha, **gosto daqui se falar mal eu já brigo**. (Sujeito 2). Quando vim para Guaratuba **já vim decidida que eu ia morar aqui**, vim determinada, nossa lá onde eu morava era muito, muito, você ouviu falar naquelas chacinas que eles mataram nove pessoas no bairro, eu morava perto [...] (Sujeito 9). Bom de Guaratuba **que você anda simples**, ninguém vê maldade, e na hora de sair a gente pega uma escova, um pedaço de sabão e uma quiboa taca no chinelo que fica branquinho, limpinho (Sujeito 3). A **tranquilidade**, dos lugares que eu já passei, aqui é 100% tranquilo. Não mudaria, até me acostuma em outro bairro ou outra cidade, aqui é sossegado, aqui se pega uma bicicleta para no centro, vai para coroados sossegadinho (sujeito 13). Acho que **morar na praia melhor, tu nem gasta em roupa**, calçado, gasta menos do que se tivesse numa outra cidade. A facilidade é o centro, que eu acho muito próximo e aqui é um bairro bom, sabe, principalmente nessa rua, só tem gente que trabalha, num tem assim desocupado, não tem muito banhista aqui, gosto muito de mora aqui, aqui muito tranquilo. (Sujeito 16). Não mudaria, porque eu sei, eu não acho, não vejo, tem Piçarras, tem Coroados, não sei, já andei por todos estes bairros, minhas amigas moram pra lá, aqui é o bairro mais perto da cidade, claro que tem bairro mais perto. **Não mudaria, aqui dentro de Guaratuba, sabe**. Mas, eu mudaria se eu tivesse condição de comprar uma chácara, mas não muito longe, pertencendo a Guaratuba, lá para os lados de Cubatão e Limeira, poderia criar um porquinho, plantar, colher tudo natural. (Sujeito 9) (Grifos Nossos).

A identidade territorial com que os moradores se reconhecem é de residir em um bairro de trabalhadores e partilhar de uma boa vizinhança. Esta identificação porta um poder simbólico, a representação que eles têm do próprio território e que

contribui para sua permanência naquele local, apesar das adversidades, de falta de serviços públicos em algumas áreas.

O elemento violência, mencionado pelos entrevistados, faz referência ao tempo, ou seja, o bairro não é mais tão tranquilo quanto na sua constituição inicial. Ou mesmo a menção de ser um bairro que não tenha sossego se remete ao seu crescimento e modificação ao longo de sua construção. Esta ideia de tranquilidade e sossego apresenta também outra conexão, uma relação com a mobilidade no centro urbano, que pela localização produz facilidade de movimento, especialmente com uso de bicicleta e não pela disponibilidade de serviço de transporte público condizente. No entanto, o fenômeno violência não é qualidade exclusiva da cidade de Guaratuba ou de certo segmento da sociedade, pois envolve atualmente, tanto bairros pobres quanto ricos, de todos os lugares do Brasil.

Para tanto, a territorialidade, enquanto um sentido de pertença na vida das pessoas pode modificar a ideia de violência ou sossego, “será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica. Essa área será chamada de território” (SACK, 2011, p. 76). O território vivido “[...] é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja a energia seja a informação [...]” (MESQUITA, 1995, p. 82). É produto da experiência pessoal de vida, que permeia diversas dimensões seja ela cultural, simbólica, política ou social, que só apresenta identidade através das intenções atribuídas ao território.

O local onde os homens/mulheres interagem entre si, constroem juntos os sentidos, vivendo, pensando e se emocionando. O território expressa cooperação, conflitos, permanência, resistência, mudanças, deslocamentos, de construção e reconstrução em relação às dinâmicas impostas pelo movimento social de formação/produção do território. Pensar a territorialidade remete inevitavelmente a abordar o pertencimento, a resistência e a identidade, pois as relações que acontecem dentro do território identificam seus moradores como pertencentes a esta localidade a um determinado grupo social, com determinadas relações de vizinhança em que se reconheçam pertencentes a um território.

Quando se busca a compreensão da territorialidade é preciso pensar de uma maneira geral onde esses conceitos são interligados formando um todo, entretanto, são diferenciados quando desmembrados. Quando se fala de conceitos

como pertencimento, resistência e identidade deve-se entender que todos eles têm uma dimensão simbólica bastante expressiva e trazem consigo um significado singular a cada indivíduo. Segundo Chauí (1985, p. 124) a resistência passa ser entendida como estratégia de sobrevivência na sociedade capitalista, pois mostra que não é conformismo é resistência suportar uma vida de privações, ou seja, “capaz de conformismo ao resistir, e capaz de resistência ao se conformar”. Chauí (1985, p. 144) afirma que “a família se apresenta, portanto, como mescla de conformismo às exigências sociais e como forma fundamental de resistência contra essa mesma sociedade no inteiro dessa mesma sociedade [...]”. Neste contexto os moradores constroem sua relação com o território tornando a resistência como parte da formação da territorialidade, cheia de significações simbólicas relacionadas com sua essência, ou seja, não é qualquer território, mas o território com o qual mantiveram identificação social e cultural.

A autora fala da resistência como relações específicas que os moradores estabelecem com o território para ali permanecer nestas ocupações, e como ocupar se torna mais que simplesmente morar em dado local, significa fazer parte como forma de resistir às privações sociais, econômicas, culturais de cidadania pelo ato de ocupar um dado território. As estratégias de sobrevivência que tornam o território um lugar atrativo para os moradores do bairro Carvoeiro, bem como a identidade.

Antes de tentar entender o conceito identidade é necessário explicar que é demasiadamente complexa e com múltiplos significados. Então, para realizar esta primeira aproximação com o termo, tomou-se como base o lugar enquanto território, ainda assim sem definições conclusivas, mas com o objetivo de sua problematização.

Ao refletir sobre a identidade, Castells (1999, p. 22) a define como “fonte de significado e experiência de um povo” chamando a atenção que toda identidade é construída através da convivência, sendo esta uma construção social da identidade que evidencia a complexidade da questão quando enfatiza que o sujeito:

[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço (CASTELLS, 1999, p.23).

A identidade não é algo dado, concreto e pronto, que já está definida. Ela é construída por cada pessoa de maneira diferente dependendo de diversos acontecimentos; ela é produto de experiências pessoais vividas, permeada de diversas dimensões simbólicas, culturais, políticas e sociais. Sendo que só adquire significado através das atribuições humanas a ela conferidas. Medeiros (2009, p. 217) afirma que “o território é um espaço de identidade ou pode se dizer que é um espaço de identificação. O sentimento é a sua base e a forma espacial importa muito pouco, pois esta pode ser variável”. A identidade do território tem relação como lugar de onde a pessoa provém, cujo sentimento de pertencimento e enraizamento das pessoas dependem das qualidades variadas atribuídas a este.

Segundo Ferreira (2002, p. 48), a identidade “quanto mais profundamente se está dentro de um lugar, mais forte a identidade com ele”. Uma explicação disso é a noção de pertencimento ao lugar. Compreende-se que mesmo diante de mudanças sociais, econômicas e culturais, os moradores de um dado bairro incorporam e guardam suas lembranças em função de um sentimento de pertence. O território seria a parte central de valores para criação da identidade.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

O termo “meu lar”, por exemplo, expressa a relação de um morador com seu território. A apresentação desta relação se faz através da percepção dos significados que a palavra lar e casa trazem para os moradores, ou seja, a casa como uma coisa, objeto de poder (valores, significados), sentimento que este traz enquanto objeto.

No sentido afetivo, a palavra casa, pode significar moradia, um lugar que tenha finalidade de construção de relações, vínculos de afetos e memórias. A casa pode definir a pessoa, seu jeito, seu cheiro, sua relação com o território, o seu pertencimento, como pode ser um objeto, apenas um local para chegar, um simples espaço de abrigo, respondendo a necessidades físicas. Ou seja, a casa pode trazer e apresentar uma ressignificação de valores e pertença, sendo um espelho do que se vive, dependendo do ponto de vista que se olha. Nesse momento, o sentimento afetivo daquilo que é chamado “casa” entra em questão, pois a pessoa pode morar

em um local por um período, mas não criar vínculos com aquele território. Isto ocorre também quando as pessoas mudam de cidade, porém continuam com sentimento de pertencimento ao local que moravam. Vários fatores podem contribuir para que este sentimento de pertencimento exista, ou seu contrário, fatores também podem dificultar o estabelecimento do sentimento de pertencer.

Assim, a resistência, a identidade e o fator deslocamento podem definir o pertencimento de um morador a um dado território. O fato de o morador fixar moradia e se estabilizar em um local pode ajudá-lo a criar laços de pertencimento. “Acostumei né, acostumei aqui” (Sujeito 4). Esse fator deslocamento pode ser entendido, segundo Rocha (1998), através de um conceito criado por este autor que é a “mobilidade humana” que permite compreender o que compõe a mesma, a mobilidade física, a mobilidade social e a mobilidade centrada no trabalho.

A mobilidade humana é uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre os vários conceitos de mobilidade desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram desta questão. Procura-se uma articulação dos diversos caminhos teóricos percorridos com o intuito de criar uma noção com algum poder explicativo (ROCHA, 1998, p. 13).

À luz do referencial marxiano foi desenvolvido este conceito de mobilidade humana que encontra aporte teórico na geografia, na economia política e nas ciências sociais, permitindo uma reflexão ampliada e um melhor entendimento deste fenômeno. A partir de estudo fundamentado na economia política marxiana, Rocha (1998) faz uma análise da mobilidade humana para além da descrição, pois traz a crítica à geografia. Com base nesta teoria é necessário destacar que Rocha (1998) estabeleceu a ligação deste aporte, que chama de “ordens” dentro da mobilidade que direcionam a interpretação crucial da ideia de mobilidade humana. Assim o autor ressalta uma explicação a partir do estudo dessas ordens que interagem entre si para formarem a noção ampliada de mobilidade humana. Ele compreende que,

As denominações dadas às ordens de mobilidade são: a) *mobilidade física*, que se subdivide em macromobilidade física e micromobilidade física (...) A macromobilidade física diz respeito aos deslocamentos físicos praticados pelos indivíduos em escala internacional, nacional, estadual e municipal. Nesta categoria a temporalidade dos deslocamentos não é cotidiana, diz respeito aos fluxos demográficos. Quanto à micromobilidade, a escala temporal é curta, cotidiana, diz respeito aos deslocamentos diários de casa ao trabalho, às compras; b) *mobilidade centrada no trabalho*, esta ordem de mobilidade é uma mobilidade horizontal, ou seja, o deslocamento se dá no âmbito da qualificação dos indivíduos, de seu status profissional, da

produtividade do trabalho, de sua condição funcional e de sua submissão à lógica capitalista de acumulação (...) esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado e; c) *mobilidade social*, entendida como mobilidade vertical, trata de interpretar a mudança de status social dos indivíduos, sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais (ROCHA, 1998, p. 14-15).

O autor cita as ordens que fazem parte da mobilidade que compõe a mobilidade humana, sendo que todas as ordens se relacionam. Em relação ao deslocamento espacial, verifica-se que mobilidade física denominada pelo autor, corresponde à descrição crítica deste movimento, que é subdividido em macromobilidade e micromobilidade.

A mobilidade se expressa de maneira complexa em uma dimensão espaço-temporal, que é ocasionada por uma série de condições que atuam sobre o fator do deslocamento que afetam os indivíduos no processo de formação da territorialidade, que por fim gera uma identidade e pertencimento ao território, como maneira de conhecimento, bem como de seus valores, conseqüentemente, deslocamento dos moradores, percepção do território, de como as pessoas organizam o espaço e lhe atribuem significado como espaço de apropriação e de criação. Assim,

As identidades, fundamentais na organização política, significam pertencimento, afetividade, coesão e possibilidade de resistência e projeção coletiva do futuro respeitando as diferenças. A identidade é construída pelos sujeitos locais, interagindo entre si [...] (SAQUET, 2015, p. 130).

Desta maneira, Saquet (2015) diz que os sujeitos, na interação entre si, criam uma identidade, um pertencimento ao território, bem como uma afeição a este território. Deste modo o território é visto como um lugar que carrega uma expressão de territorialidade, uma multiplicidade de relações, de pertencimento, de poder, conflitos, afetividade entre outros.

O território é o que é próximo, é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo [...] é o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território (MESQUITA, 1995, p.83).

Por isso, pensar territorialidade vai além de conhecer um território, pois significa pertencer a um lugar, sentir-se parte deste local, que é próximo e aproxima

ao mesmo tempo, a territorialidade é o que liga ao lugar, pois traz significado individual, social, mas também pode produzir e evidenciar uma identidade coletiva.

O sentimento de pertencimento e as idealizações construídas pelo indivíduo são internalizadas e ganham significado a partir de representações sociais vistas como positivas; essas representações passam a ser visualizadas dessa maneira a partir dos investimentos socialmente valorizados. Uma das formas como isso ocorre é através de políticas públicas pensadas e desenvolvidas para aquele território.

Diversos autores se utilizam do conceito território-lugar, porém Saquet faz relação deste modo de pensar o território com as políticas públicas, à medida que diferencia políticas públicas construídas a partir de uma articulação com os sujeitos diretamente a elas afetos, tendem a apreender e considerar a noção de territorialidade, diferentemente das políticas produzidas sob a racionalidade do mercado ou meramente tecnocráticas.

[...] a construção de políticas públicas não ortodoxas economicamente, não presas a interesses institucionais que não representem os anseios e as necessidades do povo. Políticas que tenham caráter participativo, valorizando o patrimônio na medida do possível, sinergias já existentes entre os sujeitos, as experiências locais ativando, na medida do possível, sinergias já existentes entre os sujeitos, grupos e classes. Políticas que atendam as singularidades e particularidades de cada lugar- território, bem como aspectos comuns [...] (SAQUET, 2015, p. 132).

Nesse sentido, pensar políticas públicas que possam atender as reais necessidades da população, a exemplo da necessidade de resoluções das situações de ocupações irregulares, é pensar o direito à moradia, em suas singularidades e particularidades, refletindo a regularização fundiária enquanto instrumento jurídico que fortalece a perspectiva de territorialidade, do pertencimento e do reconhecimento do direito de sujeitos, de permanecer no lugar que lhes faz sentido.

Os instrumentos jurídicos são estabelecidos no artigo 15 da Lei 13.465/2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana:

Art. 15. Poderão ser empregados, no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros que se apresentem adequados, os seguintes institutos jurídicos: I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse, nos termos desta Lei; II - a usucapião, nos termos dos arts. 1.238 a 1.244 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), dos arts. 9º a 14 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e do art. 216-A da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; III - a desapropriação em favor dos possuidores, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); IV - a arrecadação de bem vago, nos termos do art. 1.276 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); V - o consórcio imobiliário, nos termos do art. 46 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VI - a

desapropriação por interesse social, nos termos do inciso IV do art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; VII - o direito de preempção, nos termos do inciso I do art. 26 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VIII - a transferência do direito de construir, nos termos do inciso III do art. 35 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; IX - a requisição, em caso de perigo público iminente, nos termos do § 3º do art. 1.228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); X - a intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; XI - a alienação de imóvel pela administração pública diretamente para seu detentor, nos termos da alínea f do inciso I do art. 17 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; XII - a concessão de uso especial para fins de moradia; XIII - a concessão de direito real de uso; XIV - a doação; e XV - a compra e venda (BRASIL, 2017, p.10).

Esses instrumentos de regularização fundiária se traduzem em meios legais, que podem respaldar as ocupações irregulares, no sentido de encaminhar-lhes soluções. Entretanto, uma situação que se constata em todos os níveis de governo, conforme literatura acessada, é que nem sempre eles são amplamente utilizados. Como já mencionado anteriormente, a demarcação de ZEIS, através da intervenção do poder público em parcelamento clandestino ou irregular é utilizada na maioria das situações para ocupações irregulares já consolidadas e menos para o planejamento de áreas desocupadas que possam vir a ser urbanizadas com destinação para ocupações de interesse social.

Outros instrumentos podem ser usados de maneira efetiva pela regularização fundiária urbana, especificamente podem ser amplamente utilizados na realidade das ocupações irregulares que ocorrem no bairro Carvoeiro em Guaratuba, quais sejam: I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse; II - o usucapião; III - a desapropriação em favor dos possuidores; IV - a arrecadação de bem vago; VI - a desapropriação por interesse social; XII - a concessão de uso especial para fins de moradia; XIII - a concessão de direito real de uso;

Usualmente o mais procurado para ser utilizado pela população é o instrumento de usucapião. Neste caso o imóvel deve ser utilizado para fins de moradia, onde o morador não pode ser proprietário de outro imóvel. Na fala dos moradores é notável essa percepção “Foi informação que dava pra ação de usucapião. [...] o caso desse terreno aqui.” (Sujeito 5), outra fala também confirma essa ideia “eu procurei fazer usucapião, tem que estar mais de anos morando na casa e não ter outro imóvel” (Sujeito 6).

Outra situação é desse morador que reside em área pública, que pode ser atendido pelo o instrumento de concessão de uso especial para fins de moradia:

E assim, o advogado deixou bem claro para mim, não adianta tentar ir lá tenta pagar para fazer regularização fundiária, porque não existe regularização para nós. Existe um contrato de comodato que prefeitura que tem que fazer, não é igual terreno de alguém que atrasa IPTU e eu entro com usucapião e ganho, não eu nunca vou ganhar, ele sempre vai ser da prefeitura e sempre vão fazer este comodato (Sujeito 1).

O que pode haver é o não esclarecimento à população de quando se aplica ou não o instrumento de usucapião. Pelas falas é possível observar que há áreas públicas cedidas (via comodato, atualmente o instrumento jurídico é a concessão para fins de moradia) aos moradores pelo poder público, uma vez que não se aplica o usucapião em áreas públicas, somente em áreas privadas.

O poder público de acordo com a medida provisória n.º 2.220, de 4 de setembro de 2001 pode destinar terra para atender sua função social que é moradia, atendendo ao critério de o morador não possuir outro imóvel em seu nome.

Art. 1º Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 2001, p.1).

Assim, será de forma gratuita ao homem ou mulher, ou a ambos, independente do estado civil, não sendo concedido mais de uma vez este direito ao mesmo morador. O herdeiro continua tendo pleno direito na posse de seu antecessor, desde que resida no imóvel quando solicitado este direitos. Em casos nos quais o imóvel tenha mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupados até 22 de dezembro de 2016, por população de baixa renda para sua moradia, há também um dispositivo no Estatuto da Cidade que regula a situação.

Art. 2º Nos imóveis de que trata o art. 1º, com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupados até 22 de dezembro de 2016, por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma coletiva, desde que os possuidores não sejam proprietários ou concessionários, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural (BRASIL, 2001, p.1).

Com isso, o imóvel é dividido entre seus moradores, não podendo ultrapassar 250m² por pessoa de baixa renda, garantindo seu direito de moradia. Esses instrumentos jurídicos citados pelos moradores entrevistados, bem como os outros que não aparecem nas falas dos entrevistados, mas que nem por isso são menos importantes, nos mostram que existem diversos meios de trabalhar na política urbana. Para isso, é fundamental a posição e determinação política dos governantes locais, bem como o interesse em desenvolver um trabalho pautado na função social da terra e não no estímulo à lógica mercantil. Buscar produzir a efetivação dessas políticas públicas demanda de um processo de construção que pode demorar muitos anos e depende de todas as representações sociais e valores que os pertencentes ao local e o poder público, agregam ao território. O poder público/Estado é a instituição que tem o dever constitucional de implantar as políticas públicas e realizar a regularização fundiária no território.

A regularização fundiária é um processo realizado coletivamente, que depende da participação e da atuação articulada de diversos atores, em momentos e com papéis específicos, de acordo com as características da área e com as condições existentes para a regularização (BRASIL, 2012, p. 13).

Desta maneira, à medida em que cada um dos sujeitos realiza sua participação para o crescimento, fortalecimento e efetivação do território, ele ganha sentido, o simbólico agora se faz representado individualmente e coletivamente por algo concreto, e isso reforçado pelas ações do poder público que pode fortalecer ainda mais o sentimento de pertencimento.

Desta forma é muito importante a participação dos moradores para fortalecer e organizar uma luta em busca por regularização dos terrenos e casas no bairro Carvoeiro, no entanto, num dado momento das entrevistas, quando são questionados sobre essa organização, percebe-se nas respostas dos moradores como ocorreu essa participação:

[...] já existiu uma associação de bairros que hoje não existe mais, pois hoje tem tanto morador novo, que os antigos desistiram. Mas, existiu uma associação que lutava pelas melhorias no bairro. Mas, hoje o bairro não tem nada, só tem morador mesmo. (Sujeito 1) Não tem, não sei, não sei, porque não participo de nada, nem sei se tem alguma organização, algum grupo de...não sei. Vou numa igreja fora do bairro né, e... olha, pra te dizer, não sei (Sujeito 16).

Pode-se verificar que não existe uma ação coletiva atualmente, que já existiu, porém não permaneceu por falta de apoio ou iniciativa dos próprios moradores. Além da falta de ações coletivas percebe-se nos moradores a falta de interesse e apoio para se organizarem de modo a encararem uma luta por direitos que se solidifiquem, isso porque as relações estabelecidas entre os moradores e a forma como enxergam o poder público dificultam esse olhar e essas ações. Considerando que os mesmos têm sobre essas instituições a visão de poder por elas exercidas e que as ameaçam uma vez que elas são vistas como “invasoras” naquele local.

Segundo Raffestin (1993), o quesito poder nessa concepção de relações é complexo e se diferencia:

O Poder – com letra maiúscula – é a soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – com letra minúscula – aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois polos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro (GALVÃO *et. al.*, 2009, p. 39).

Este paradigma sobre o poder coloca em xeque que a análise do território se vira apenas para o Estado, excluindo outros tipos de organizações que também possuem poder político, o que reforça aqui a fala do parágrafo anterior. Raffestin (1993) afirmava que o Estado também é uma organização, porém com “Poder”.

[...] do Estado ao indivíduo passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontramos atores sintagmáticos que “produzem” territórios [...] em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

O Estado divide o espaço em “tecidos”, pois busca encontrar a parte melhor, entretanto não pode esquecer que ele não é única organização que constrói territórios e produz novos “tecidos”. Concomitantemente, várias organizações também interferem no modo de viver das pessoas, através das relações de poder que estabelecem sobre elas, de maneira que afirmam, bloqueiam e civilizam as mesmas e nesses espaços o poder age sem ser notado (RAFFESTIN, 1993, p. 39). As pessoas produzem o território a partir do espaço em que vivenciam, pois, o

território se forma partindo do espaço, “ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Um território não se define sem relações de poder, ou seja, uma forma delas é a apropriação. Sendo que o poder está presente em todas as relações e toda relação exerce poder sobre algo ou alguém. Raffestin (1993) ressalta que não existe uma relação que não tenha poder e que todo espaço é anterior ao território.

Medeiros (2009, p. 217) reafirma que “o território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder”.

Saquet (2010, p. 77) discordando de Raffestin afirma que “o espaço não é apenas palco, receptor de ações, substrato [...] ele tem um valor de uso e um valor de troca, distintos significados e é elemento constituinte do território, pois eles são indissociáveis”. Segundo o autor, o espaço não recebe informações apenas, mas também interage com os sujeitos, atribuem valor de uso, troca e significados diversos formando territórios, cada qual com suas características, “[...] o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos [...]” (SANTOS, 2007, p. 83-84).

Nesse sentido, Heidtmann (2008, p. 43) afirma que “o território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo”. A construção do território se inicia a partir do espaço, concebendo-se inicialmente que o espaço não é apenas receptor, “palco” onde os sujeitos, no caso os moradores do bairro Carvoeiro constroem seu próprio território, criando sua territorialidade a partir da sua vivência.

Entende-se que o território tem importância em vários níveis: social, biológico, econômico e político e que os moradores, na elaboração da criação da identidade e do pertencimento ao lugar, fazem as mediações na formação da territorialidade. Assim a ocupação irregular do território é percebida como uma vivência significativa, na qual o sentido está nos laços formados entre as organizações e ações dos moradores de uma determinada região em que participam desse processo de constituição da territorialidade os moradores. O território das ocupações irregulares é constituído por grupo de moradores que convivem no mesmo espaço; em princípio vivem nesse espaço e o buscaram porque

necessitavam de local para a moradia, cuja demanda inicial comum é ter um “pedaço de terra” e possibilidade de construção de uma casa. Nesse sentido, a territorialidade não é dada *a priori*, porém, isto não exclui a possibilidade de uma identidade social ou familiar com pessoas que já habitavam o território no momento da opção de um novo morador por um determinado local. Esta identidade, nesse momento, tem caráter social e econômico, mas se movimenta e se redimensiona como territorialidade conforme se formam outras organizações dentro dessa região, suas novas maneiras de relações.

A territorialidade constituída em uma ocupação irregular está composta de relações de poder, simétricas e assimétricas. Simétricas porque estabelece as trocas necessárias, equilibra as relações desvendando a diversidade do espaço vivido. Já em relações assimétricas, quem consegue acumular mais, tem mais poder. Aos poucos o território das ocupações irregulares vai criando seus próprios valores, identidades, tendo suas próprias significações. Sendo que esses valores e identificações vão se ampliar e formar uma territorialidade.

4.4 O ACESSO A SERVIÇOS E DIREITOS SOCIAIS: A PRESENÇA DO ESTADO NO BAIRRO CARVOEIRO

A autora Rolnik (2004) afirma que os moradores de regiões mais empobrecidas esperam a intervenção do Estado de maneira a reconhecer o direito de cada cidadão, ou seja, merece uma cidade com infraestrutura, serviços públicos que ajudem na garantia dos direitos de seus usuários, bem como direito à habitação digna, programas que possibilitem este processo.

Para os moradores favelados o clamor pela intervenção do Estado se formula com exigência do reconhecimento a este grupo de condição de cidadão e, portanto, merecedor da infraestrutura, equipamentos públicos e habitação digna. O estado aparece como possibilidade de obtenção de mercadoria casa ou cidade a preço menor do que o mercado, e a perspectiva de legalização (ROLNIK, 2004, p. 50).

O Estado pode ser o que torna possível a obtenção da mercadoria casa, diante do mercado capitalista, da especulação imobiliária ou também pode ser o que media e/ou conduz à legalização de um território via regularização fundiária.

A possibilidade de regularização fundiária traz à tona diversas questões, entre elas, a questão de acesso aos serviços e infraestrutura, no caso do bairro Carvoeiro. A questão de regularização fundiária quando tratada com os moradores entrevistados é entendida da seguinte maneira:

Não, só a prefeita disse que era viável. Que eu falei para você que fui conversar e explicaram que a prefeitura nunca vai dar o terreno, que vou ter um comodato, se amanhã prefeitura dizer que quer o terreno, eu tenho que sair (Sujeito 1). Faz dois ou quatro anos teve duas reuniões naquele campinho, que tudo aqui tem dono. Mas eles iam fazer a reunião com os mais velhos que moram aqui. Para ver se faziam acordo, ou como é que iam fazer, só que teve só estas duas reuniões e não teve mais. Só apareceu um policial aqui, pediu um papel para lá ver, conversar com a mulher do [...] que já era morto, daí foi lá e trouxe o papel de volta, disse que voltava conversar com a gente e até agora não deu terreno para mais ninguém, que eu saiba (Sujeito 4). Ainda não, não tem nenhum. Não veio portão, mas teve anúncio num carro que era pra ir lá na regularização fundiária. Fui lá nesse lugar pra vê do outro terreno (Sujeito 5). Sim, nós aqui, não entramos na regularização de 1000 casas, agora tem que esperar (Sujeito 6). Não procurei ninguém, mas se for preciso a gente procura (Sujeito 10). Acho que tem a prefeitura tá fazendo, que nem eles tão fazendo, chama as pessoas mais antiga, e assim, como diz o ditado, chama a pessoa, vê lá quanto a pessoa ganha e faz que nem eles vão fazer aí, que diz que é cinco mil, mas diz vão avaliar [...] (Sujeito 15).

O processo ou dinâmica de regularização em Guaratuba a que se refere o/a entrevistado/a não ocorre de maneira diferenciada do cenário nacional. Em Guaratuba o planejamento urbano, nem sempre foi prioridade, assim como no Brasil, de forma geral.

Existe o processo de regularização fundiária, que atende ao instrumento jurídico urbanístico da Lei 13.465/2017 no artigo 15, “I - a legitimação fundiária e a legitimação de posse” como citado pelos moradores está ocorrendo na cidade de Guaratuba nos bairros Mirim, Piçarras e Carvoeiro, porém esse serviço ainda não atingiu a população do Carvoeiro, pois os primeiros bairros atendidos foram Mirim e Piçarras (BRASIL, 2017b, p.8). Essa regularização prevê atingir 1000 famílias e “ocorre dentro do programa Morar Legal Paraná e será executado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza. A regularização dos títulos ocorrerá nos bairros Mirim, Piçarras e Carvoeiro” (GUARATUBA, 2017, p. 1).

O processo (n.º 14.421.723-3) realizou-se através de um contrato entre COHAPAR e a empresa “Luiz Henrique Rafael do Amaral e Associados”, com finalidade de execução de serviços técnicos especializados para promover Regularização Fundiária de Interesse Social com entrega de até 1000 títulos

regularizados em áreas urbanas no município de Guaratuba-PR, relativas ao Programa Morar Legal Paraná, que iniciou sua vigência de 21 (vinte e um) meses após a ordem de serviço em 30/10/2017, a ser encerrado dia 30/07/2019.

O poder público municipal terceirizou este serviço a uma empresa, via licitação constante do edital 04/2017, de ampla concorrência. Isto demonstra que não é o governo local que resolve diretamente esta questão e sim via empresas que, muitas vezes, constituem equipes temporárias para esta finalidade, as quais não possuem conhecimento da realidade local, sequer algum tipo de vínculo profissional com os moradores e acabam, muitas vezes, dependendo do trabalho voluntário de servidores para situá-los no território, o que acaba sendo uma contradição, pois ao invés do Estado gestar o serviço diretamente, se torna subsidiário de informações e ações de empresa terceirizada. No entanto, essa regularização apesar de demonstrar um avanço na utilização de instrumentos jurídicos urbanísticos, não tem o alcance necessário perante a situação das ocupações irregulares em Guaratuba.

Rolnik (2015) explica que nem sempre são disponibilizados estudos, planejamento e recursos para uma política pública de habitação e regularização fundiária, o que demonstra que não se trata simplesmente de um déficit numérico de moradias e sim ausência de um conjunto de serviços públicos necessários que se associam à chamada moradia digna. Nos relatos a seguir, os moradores citam alguns exemplos de serviços públicos que se fazem necessários para efetivação do direito à moradia e à cidade.

Nenhum, não tem nada lá. Não tem creche, não tem posto de saúde, não tem nada lá. O bairro absolutamente em todos estes anos que moro lá, a única coisa que tem naquele bairro é um ônibus circular que vai duas vezes no dia. Uma de manhã e uma de tarde. O bairro cresceu de invasão e população. Não de dizer que foi em benfeitorias. Porque eu acho que o bairro nunca teve e não tem nada é o carvoeiro. Vem ano e vai ano, e é mesma coisa. Não tem postinho ¹⁶, não tem uma creche, segundo eu que sou moradora de anos, vou dizer para você. Existiu um projeto de abertura de uma escola, creche e um posto de saúde, onde está invadido por uma pessoa bem-sucedida da cidade [...]. Diz que tem agente comunitário que nunca vi, nem sábado, nem domingo, nem feriado, nem dia santo. (Sujeito 1). Mais central aqui, um bairro mais próximo do centro né, porque saiu ali na rotatória, estamos no centro. (Sujeito 2). Aqui não tem nada, nem uma rua boa, mas a gente vai ficando. Educação e só. A saúde já usamos, hoje não, mas até foi bom. (Sujeito 2). A mãe veio, meu irmão veio pra cá, e ficamos nós, lá (no sítio), depois meu piá ficou **doente, daí nós viemos e paramos lá** na casa da minha cunhada, daí depois resolvemos ficar morando lá, daí já ganhamos uma meia água na Caieiras, daí fizeram

¹⁶ Refere-se a Unidade Básica de Saúde (UBS).

aquela associação de bairros nós ganhamos cesta básica que nos tinha as crianças pequeninhas, nos tinha bastante crianças. (Sujeito 3). Aqui no Carvoeiro a gente, **pra dizer, aqui é um lugar mais perto**, porque lá para Piçarras já depende de ônibus, depende dos outros, aqui não já saí lá para o centro. No mirim depende de pegar o ônibus também para centro e daqui do Carvoeiro tá mais pertinho, não. (Sujeito 3). Não não tem nada. (sujeito 6) (Grifos nossos).

Nesse sentido, a luta pelos direitos de todos/as moradores pela moradia é também luta pela cidade que atenda às necessidades humanas essenciais, como trabalho, educação, lazer, saúde, habitação, ou seja, a cidade construída para as pessoas que vivem nela. Harvey afirma:

Entendendo que o direito à cidade significa o direito que todos nós temos de criar cidades satisfaçam as necessidades humanas, as nossas necessidades. O direito à cidade não é direito de ter- e eu vou usar uma expressão inglês – as migalhas que caem da mesa dos ricos. Todos devemos ter os mesmos direitos de construir os diferentes tipos de cidades que nós queremos que existam. O direito à cidade não é simplesmente o direito ao que já existe na cidade, mas é o direito de transformar a cidade em algo radicalmente diferente. Quando olho para a história, vejo que as cidades foram regidas pelo capital, mais do que pelas pessoas. Assim, nessa luta pelo direito à cidade, haverá também uma luta contra o capital (HARVEY, 2009, p.269).

Assim, uma crítica à cidade que é tratada como mercadoria, como objeto do capital, entende-se que se terra tem valor para o mercado imobiliário, deve ser valorizado e regido pela lógica do capital, Rolnik (2015) afirma que o capital, neste caso, através especulação imobiliária vem elitizar as cidades, afastar para as periferias as pessoas que tem menos recurso financeiro. Isto é verificado na fala de um morador entrevistado que narra essa realidade: “foi o único lugar que achei um terreninho barato para comprar, não podia comprar mais caro” (Sujeito 11). O tipo de cidade que se deseja construir deve ser sempre repensado pelos seus moradores que são quem constroem a cidade através de suas ações e relações com os valores que se tem.

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle

sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos (HARVEY, 2008, p. 74).

Para o autor, o direito à cidade não é uma liberdade individual de acesso à cidade, mas sim um direito coletivo antes de tudo, que necessita ser pensando como um fenômeno de luta de classes, como já dito uma luta contra hegemonia capitalista, uma luta que depende da mudança de todos para mudança da cidade.

Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo (HARVEY, 2008, p. 74)

O capital tem a necessidade de continuar a lógica de acumulação, e por isso a questão da moradia tem relação direta com especulação imobiliária, como os altos custos dos terrenos, como coloca Rolnik (2015), a terra perde sua função social, de ser moradia, passando a ser um negócio, um alto investimento do capital, um “terreno lucrativo para produção e absorção de excedente de capital molda a política do capitalismo” (HARVEY, 2008, p. 74).

Assim, sobrevive o capital trabalhando com um mercado altamente lucrativo seja qual for, neste caso a urbanização, que desde o início foi um campo de muita produção e lucro para capital. A moradia não tem valor de uso e sim comércio e venda, sendo algo que só faz sentido se gerar lucro, necessitando sempre de expansão e quem consoma o produto. Todo esse processo tem a ver também com a elitização e periferização das cidades como um fenômeno que atende as necessidades do capital, uma vez que, como coloca Rolnik (2015), as cidades devem ser modificadas de acordo com interesses do grande capital, levando as famílias mais empobrecidas para áreas afastadas do centro da cidade, muitas deixando as cidades mais “bonitas”, pautada em padrões estéticos elitizados, preconceituosos e segregadores.

Rolnik (2004, p. 50) define essa relação através do “padrão burguês de habitação”, que diz que o grande capital tem a intenção de homogeneizar as áreas mais lucrativas segregando a população pobre para áreas que não ofertam a mesma

infraestrutura que a família já tinha onde residiam inicialmente.

Através da Figura 6 é possível verificar que várias famílias já residiam em áreas urbanas de Guaratuba (outros bairros) antes de residir no bairro Carvoeiro, bairros que em sua maioria já tinha uma infraestrutura diferenciada da existente na onde residem atualmente. Nas falas a seguir percebe-se as limitações da infraestrutura do bairro Carvoeiro:

A não ser um asfalto que tem lá hoje que faz três anos, só, o bairro é o mesmo, os invasores desmataram tudo, construíram, fizeram do jeito que quiseram, mas benfeitoria não tem nada. O restante do bairro tem. A quadra onde moro seria uma praça e um parque. É uma fatia de pizza na planta, porque ele afunila. O terreno de lá, onde alguns moradores invadiram era para ser rua e virou moradias, e para frente o que te falei. (Sujeito 1). A dificuldade, é ruim falar, para sair daqui para lá, **não temos rua certa, não temos estrutura**. O nosso bairro aqui não tem, sei lá não olham pelo bairro, nós temos vereador no bairro, mas não faz nada por nós, e então estamos com estas ruas aí tudo sem poder passar, quando chove é uma tristeza, não tem como sair, está feio a coisa (risos) (Sujeito 2). [...] Estes valetão aí aberto. **Estas estradas aí, a máquina nunca passa aqui**, e vieram aí e jogaram tudo na rua, jogaram tudo aqui, e não vieram tirar. A gente se sente abandonado aqui, ninguém vota, ninguém é eleitor aqui, mas é (Sujeito 11). (Grifos Nossos).

Afinal, o que a infraestrutura das cidades deve representar, segundo Rolnik (2015) é um conjunto de condições básicas que oferecem estruturação para bairros e para própria cidade através do mínimo necessário aos empreendimentos seja público ou privado, independente do interesse.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO, 2003, p. 152).

Se tratando de um loteamento são necessários serviços de energia, saneamento, transporte, instituições educacionais e de saúde, entre outros. Nesse sentido, a infraestrutura se relaciona também com o planejamento da cidade ou bairro. Afinal, as ocupações irregulares são prova da falta de planejamento das cidades abrindo uma “brecha” para aumento de diversas questões de caráter social

relativas ao crescimento das populações nas cidades.

Ainda se tratamento da falta de acesso a serviços públicos nas entrevistas os moradores citam diversas situações, que acontecem no dia a dia da população que ocupa o bairro Carvoeiro:

Luz e água chega até ali perto, até nas primeiras casas, aqui tem, porque nos puxamos rabicho, compramos mangueira, se não nos não tinha também. Mas o ruim de vivência, **é das nossas ruas que está tudo ruim**, quando chove nós não passamos para cá, carro não entra ali, não passa naquele pedacinho ali, depois do sobradinho, ali na curva, não passa mais nada, não vem carro. A pessoa para passar tem dificuldade, bem que a gente anda com pé todo preto já. Não, só temos vizinhos chatos pra cá, mulher do céu. **Água e luz dá muita confusão**, eles não paga nada, não quer pagar, aqui dá bastante, mas até que são civilizados, mas é que uns fazem e outros usam. **Nós somos os primeiros daqui**, daí quando nós chegamos ali, fizemos a frente, depois os vizinhos chegaram, porque isto, porque aquilo, aquela broncarada, isso aqui foi nos que fizemos, não foi prefeitura não foi nada, daqui para frente vamos fazer igual, cada um no seu quadrado, vamos fazer tudo igual. (Sujeito 3). **Água e luz não chega aqui**, temos que pegar do vizinho, pagar para vizinho. Dividir e pagar, ameaça cortar luz, cortar água, dá muita briga. Eu pago todo mês certinho para mulher. Se ela vir aqui agora e pedir vinte conto emprestado e não tiver, ela já ameaça cortar. Se ela vir pedir uma carteira de cigarro e não der, ela ameaça cortar. São divididas em cinco, e qualquer coisa vou cortar, tem estas represálias (Sujeito 11). (Grifos Nossos).

A falta de infraestrutura nas ocupações irregulares é bastante comum e ocasionada pela falta de planejamento das cidades. É visível que as ocupações têm se tornado notórias em grandes dimensões percebendo-se que as políticas habitacionais não conseguem atender o público que mora nas ocupações. Como destaca Maricato (2003, p. 157) “aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade”.

É notável a tolerância que o Estado brasileiro tem manifestado em relação às ocupações ilegais de terra urbana. Esse processo é significativo em suas dimensões, se levarmos em conta, especialmente, a grande massa de migrantes que rumou para as cidades neste século e que se instalou ilegalmente, já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação (MARICATO, 2003, p. 157)

O aumento das ocupações irregulares deve-se também a programas habitacionais que não atendem toda população, bem como os que não tem acesso ao mercado imobiliário privado. Esses dois motivos trazem moradores de áreas rurais, bem como de outros locais também. Tumelero (2014) enfatiza que as regras

dos programas habitacionais muitas vezes não contemplam os que dele necessitam. Entretanto, mesmo não conseguindo fazer parte de um mercado imobiliário que é excludente, verifica-se que os moradores usam do local que residem atualmente para manter laços com antigos locais de moradias, como é expresso na fala a seguir:

Nós escolhemos este local **porque gostamos das plantinhas**, limpar o local e plantar, pra gente ter as coisas pra gente comer, banana, porque a gente as vezes não tem o dinheiro, o dinheiro dele é pouco, ele trabalha só com roçagem, faz quintal, trabalha na jardinagem. **Nós gostamos de plantar, criar** (Sujeito 3). Tem que vê bem, pra se complica não adianta né? Só se fosse pra Garuva, tenho vontade de comprar um sítio ali (Sujeito 10). (Grifos nossos).

Mesmo escolhendo morar em regiões um pouco mais afastadas do bairro e providenciando meios que afirmem sua escolha e seus gostos, esses moradores sentem falta do meio rural devido ao pertencimento ao local que sempre moraram, no entanto, aquele local não oferecia a ele e a família o que necessitavam naquele momento, resultando na mudança para meio urbano.

Com isso durante as entrevistas e ao se observar as respostas obtidas, alguns entrevistados responderam que a questão do trabalho facilita a vinda para este bairro no centro urbano.

O mais fácil daqui é **trabalhar de carrinho**, devido as crianças, as crianças eram tudo pequena, a mais grandinha era essa daqui. Bairro Mirim, quando a gente catava reciclável era mais fácil porque lá já vinha o material, a gente tirava do lixo. Existe os perigos, estas agulhas, cortar o pé, estas coisas que vai, muita sujeira também mas sabendo se cuidar é mais fácil que aqui. (Sujeito 4). Facilidade aqui pra mim é o serviço, que eu **trabalho** na salga como fileteira, descasco camarão. É esse serviço aqui pra mim. Até porque eu consigo pegar serviço por aí, eu não sabia ler nem escrever. Agora que estou estudando. Agora que me encarnei em estudar (Sujeito 11). (Grifos nossos).

As respostas obtidas durante as entrevistas, de modo geral, refletem as facilidades encontradas de morar nesse bairro, no caso do trabalho que fica mais fácil o acesso pela proximidade do centro urbano, pois o outro bairro em que residia era mais longe do trabalho e no bairro Carvoeiro a família encontrou acesso a mais de uma forma de trabalho. Além disso, outras facilidades foram vistas como uma forma de melhoria e crescimento familiar dentro da escolha de migração que teve que fazer, pois antes não havia estudado e agora consegue fazer isso, pois mesmo

não havendo uma escola no bairro há no bairro vizinho e isso também favorece o acesso à escola para crianças uma vez que mesma que fica mais próxima da sua atual região de moradia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urbanização é um dos processos abordados quando se estuda a ocupação irregular. Esta representa o desenvolvimento de um determinado território e neste estudo se expressa através do bairro Carvoeiro, modificando e construindo a cidade, não somente em sua dimensão físico-espacial, mas também nas relações sociais presentes no território que vai se configurando. As ocupações irregulares são fatos expressivos na cidade de Guaratuba, no entanto, quando se fala sobre o assunto, sabe-se que nas situações de irregularidade há uma série de ocorrências que afetaram todo o desenvolver daquela área ocupada.

No Município de Guaratuba o Carvoeiro é um bairro que possui grande parte de área ocupada de forma irregular, dados esses apontados no Plano Diretor Municipal, o que fez com que o bairro pudesse retratar da melhor forma as condições das ocupações irregulares dentro da cidade. Por esta razão se deu sua escolha como lócus desta pesquisa, pois foi sendo possível levantar o que acontece de modo geral no município, mas a partir das particularidades do bairro em questão.

Durante o desenvolvimento do estudo foi possível conhecer melhor os determinantes e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares, de moradores que estão há anos residindo nesse bairro e entender melhor o processo de territorialidade dos moradores no decorrer desse processo, considerando que as pessoas entrevistadas já moram nesse bairro há pelo menos dez anos e que o bairro tem sua formação no final dos anos 1960 início dos anos 1970.

Na construção do trabalho foi de fundamental importância ouvir as pessoas que faziam parte desse espaço para compreender as vivências, limitações, condições e necessidades presentes ali e que são relevantes para esse processo de ocupação que aconteceu desde o período citado anteriormente até os dias atuais, visto que ainda tem se constatado crescimento das ocupações no processo de campo desta pesquisa.

O bairro Carvoeiro é constituído, formalmente, pelo que consta na Figura 4 – Mapa Loteamentos de Guaratuba, pelo Balneário Jurimar e Jardim Jiçara, no entanto, pelas ocupações que registra seus moradores o têm como um único bairro, que ficou com essa denominação. Considerando as falas dos entrevistados, a facilidade de acesso e as áreas possíveis de serem ocupadas fez com que as pessoas que formaram o bairro fizessem a ocupação local visto que eram áreas sem demarcações e mais próximas do centro urbano, o que “facilitou” o processo de ocupação da terra. A facilidade de deslocamento para o trabalho e atividades da vida cotidiana dos moradores foi determinante para que ali estabelecessem moradia.

Entende-se que o bairro foi se estruturou numa área não tão distante do centro da cidade, possibilitando o acesso de seus moradores a serviços que não são encontrados no bairro, devido à falta de infraestrutura ali constatada e a falta de acesso a serviços públicos o que se constitui em fatores de grande relevância para a ocupação. No entanto, a facilidade de deslocamento não foi o único elemento possível de ser identificado e que contribuíram para o crescimento das ocupações irregulares naquela localidade. Fatores relacionados a questões afetivas, sócio-familiares e de apoio mútuo, como família, saúde, relações sociais estabelecidas fizeram com que os moradores permanecessem ali, pois, de acordo com os moradores entrevistados, em geral coloca-se a família como “suporte”, estratégia de sobrevivência, não somente a família consanguínea, mas redes de vizinhança e afinidade. Isso entendendo que no Brasil as políticas sociais públicas não atingem a universalização, dessa maneira, as famílias, redes de parentesco e vizinhança, acabam por cumprir este papel de suporte mútuo em complementariedade ou, por vezes, substituição às responsabilidades do Estado.

Em relação à questão da permanência, esta vem carregada de muitos fatores simbólicos (que envolve sentimentos pessoais) e das representações que são possíveis de serem identificadas nas falas dos moradores, os quais compreendem aquele bairro como um lugar seguro, tranquilo e sossegado no qual a família pode conviver sob as melhores condições que eles podem ofertar para os seus. Muitos dos que vieram residir no bairro carvoeiro entendem-no como um local de fácil acesso e deslocamento na área urbana, pois mesmo o município tendo uma ampla área territorial há concentração de serviços urbanos aos quais eles chegam de modo rápido. Nas entrevistas realizadas fica evidente que as pessoas veem no

bairro facilidades para as atividades de vida diária, o que contribui para a permanência deles ali.

Considerando que não há uma organização de moradores que articule um diálogo com o poder público, entende-se que as relações cotidianas submersas à imediatividade da vida cotidiana envolvem a sociabilidade capitalista que não pensa no direito à moradia como algo coletivo, apenas individual.

Tal população não consegue acessar determinados serviços sociais, a exemplo do direito à moradia, visto que os programas e projetos habitacionais acabam por atingir uma fatia pouco expressiva de moradores e que quando acontecem, não atendem as necessidades de “moradia digna”, tanto em seu fim, quanto nos meios disponibilizados a eles para a garantia da moradia. Constata-se nos municípios litorâneos do Paraná que são empresas assumindo a atribuição de organização e mediação junto aos moradores, dos processos de regularização, mediante a compra de um serviço jurídico-administrativo, que se ocupa das burocracias da obtenção da titularidade da propriedade e não se responsabiliza por sua efetividade. Ainda, o acesso à unidade habitacional, quando disponibilizados programas públicos para tal, estes são executados via empresas de construção civil que produzem unidades habitacionais de baixo padrão construtivo e tamanho limitado a metragem pré-estabelecida na política habitacional, o que nem sempre atende à necessidade e realidade das famílias destinatárias.

Ainda que nas ocupações irregulares a construção da habitação ocorra como autoconstrução, ela também não se traduz como moradia digna, seja pela precariedade de renda dos moradores, que os leva a usar materiais de baixa qualidade, seja pela falta de acesso à infraestrutura urbana, especialmente saneamento, bem como transporte e mobilidade desses cidadãos aos locais de trabalho e circulação pelos espaços públicos, o acesso a serviços sociais em equipamentos de educação, saúde e segurança que não são encontrados naquele local.

Atualmente o Brasil há em torno de 6 milhões de casas e apartamentos vazios ou fechados, que não são disponibilizados para uma política pública de habitação e regularização. Isto demonstra que não se trata simplesmente de um déficit numérico de moradias, mas sim de habitações não disponíveis aos trabalhadores e famílias que dela necessitam, bem como se trata da ausência de um

conjunto de serviços públicos necessários que se associam à chamada moradia digna, nos bairros e/ou regiões da cidade em que grande parcela da população habita. No bairro Carvoeiro não se faz diferente dessa realidade encontrada nas estatísticas que refletem a realidade brasileira, pois os dados identificados no IPARDES sobre quantidade de domicílios fechados, mostra que eles estão lá a serviço de uma população que tem renda suficiente a ter casa de veraneio ou que investe no mercado imobiliário para locação, realidade diferente daqueles que necessitam acessar unidades habitacionais para moradia permanente.

Percebe-se, a partir dessas constatações, que a direção adotada para as políticas públicas nesses pequenos municípios está totalmente atrelada a processos de terceirização de serviços e/ou prestação privada do serviço à população, sem a preocupação de regularização da questão habitacional pelos agentes públicos municipais para diminuição das desigualdades das cidades. Portanto, isso depende não somente da participação dos moradores na elaboração e efetivação dessa política de maneira a tornar o direito à moradia uma realidade, mas também dos gestores em todos níveis.

A construção do bairro carvoeiro se dá majoritariamente por ocupações irregulares e que hoje faz parte do que se pode considerar o segundo maior bairro da cidade de Guaratuba, devido ao aumento expressivo dessas ocupações. Sendo assim, haveria de se considerar a ampliação e melhoria de serviços oferecidos a essa população, entretanto, a infraestrutura acessada pelos moradores se mostra bastante precária em suas falas, uma vez que mesmo com a ampliação apresentada pela Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) no abastecimento de água, os depoimentos mencionam a situação de moradores que precisam fazer ligações de água e luz irregulares, dada a restrição de cobertura de tais serviços. Esses moradores também percebem a falta não só desses serviços como o de rede de esgoto e da rede de abastecimento de água, além de serviços como centros educacionais infantis, escolas e unidades básicas de saúde. Em relação aos serviços educacionais e de saúde necessitam buscar atendimento em bairros próximos, pois o bairro em si não conta com unidades próprias.

Considerando as situações supracitadas, percebe-se que o bairro Carvoeiro é um local que consiste em sua maior parte de ocupações irregularmente estabelecidas, ocupado em grande parte por famílias que vieram de outros lugares,

citados na Figura 6, buscando um local com condições que favorecessem a moradia e que eles pudessem ocupar, visto a não condição econômica de adquirirem, por vias legais, um espaço de terra a qual pudessem se estabelecer.

Constatou-se que a maioria dos moradores antes de residir no bairro Carvoeiro passou por outros bairros no município de Guaratuba, assim descrevendo a trajetória de periferização que a maioria dos moradores vivenciou.

Naquele local, o Carvoeiro, a maioria das famílias encontrou condições de deslocamento e, em seguida, de pertencimento favoráveis a continuidade desse processo, entendendo esses como motivos relevantes para o progresso do crescimento do bairro. Contudo, nota-se a ausência de serviços essenciais para a manutenção e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Compreende-se o movimento de deslocamento como algo ocorrido na urbanização das cidades, considerando o processo excludente de formação dos centros urbanos, que vão elitizando determinadas áreas das cidades e deixando sua população mais empobrecida à margem dela. Posto isso pode-se entender o movimento dos bairros centrais para periferias, bem como de bairros mais centrais para bairros mais periféricos, o que tem relação direta com o crescimento da cidade capitalista de forma desigual.

A cidade de Guaratuba, como a maioria das cidades, cresce sem a construção da cidade com participação social, “pensar a cidade” para além do planejamento e ao longo do seu crescimento vão se arranjando e reconstruindo conforme a dinâmica social estabelece, porém nem sempre atendendo às necessidades da população, o que pode ser notado nas falas que remetem a essa falta de estrutura e organização do bairro.

De acordo com Harvey (2005) a produção de cidades espetáculos repercutem em efeitos segregacionistas, e, no caso do litoral, mesmo em menores proporções às cidades referidas são cidades construídas para o turismo e temporadas de veraneio. Isso se confirma quando os serviços de segurança, saúde e transporte são reforçados e ampliados apenas no período do verão, diferente do que é apresentado no decorrer do ano. Nesse caso, o uso e ocupação do solo são definidos pelo mercado imobiliário configurado para o grande capital. A financeirização da terra e a especulação imobiliária definem as maneiras de uso e ocupação em disputa pelas classes sociais.

À medida que moradores começam a usufruir de locais de moradia com infraestrutura, conseqüentemente elava-se o custo de morar nestes locais e aí sofrem pressão para que vendam seus terrenos ao mercado imobiliário para grandes empreendimentos de alta rentabilidade a esses setores. Sendo que dificilmente as pessoas de baixa renda conseguem acompanhar processos de melhorias na habitação, pois não conseguem arcar com altos custos do IPTU que aumenta à medida que se ampliam serviços e infraestrutura. Assim, a produção das cidades no capitalismo empurra os moradores para as periferias e, no caso do município de Guaratuba tem a ver com a valorização da orla marítima, bem como a implementação do turismo.

Uma vez que questões como essa de falta de infraestrutura e serviços são identificadas, fica muito difícil não pensar que são necessárias reflexões sobre a necessidade de ampliação das políticas públicas que atendam a esses moradores, uma vez que eles aqui residem e impulsionam o desenvolvimento da cidade no geral, principalmente na manutenção do comércio local o ano todo.

O trabalho aqui constituído veio ao encontro de colaborar para identificação dessas situações, que permitam possíveis intervenções e um olhar para o bairro do Carvoeiro, uma vez que ele identifica situações que podem colaborar para a regularização de uma área e organização de estruturas, que tragam aos moradores do bairro uma visão mais positiva daquela localidade que já vem permeada de tantos sentimentos e emoções em sua constituição.

Percebe-se que a territorialidade, no caso dos moradores do bairro Carvoeiro acontece através da percepção de que eles constroem do seu próprio território, criando sua territorialidade a partir da sua vivência. Entende-se que o território tem importância na elaboração da criação da identidade e do pertencimento ao lugar, fazendo as mediações na formação da territorialidade.

Nota-se, assim, que a ocupação irregular do território é percebida como uma vivência significativa através dos moradores que escolheram morar no bairro Carvoeiro, e o sentido do processo de constituição da territorialidade remete-se ao deslocamento, a resistência e ao pertencimento, pois as relações que acontecem dentro do território identificam seus moradores como pertencentes a esta localidade.

Considerando que Guaratuba é uma cidade litorânea e que, como citado durante esse trabalho, faz uso desse atributo para seu crescimento, fica evidente

que os fenômenos das ocupações irregulares ocorrem através da especulação imobiliária, da lógica do mercado financeiro, da moradia como mercadoria, da destinação da terra que não cumpre seu papel primordial que é ser moradia. Pois, em tempos de “capitalismo financeirizado”, Rolnik (2015, p. 152), afirma as “terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados”.

Verifica-se que as alternativas frente às ocupações irregulares são a utilização dos instrumentos jurídicos de regularização fundiária, bem como a ampliação dos programas habitacionais em todos os níveis, isso atendendo padrões de uma “moradia digna”, de maneira que o poder público em diversas instâncias possa não apenas olhar, mas intervir nas questões que estão atreladas à ocupação irregular de um dado território que em si pode ser tão diverso e se reconstruir no momento através de programas habitacionais que atendam os padrões dignos de moradia.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA ALBUQUERQUE, Elisabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP; Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009. Dissertação de Mestrado, 99p.

ANDRADE, Iraci de. **Território e assistência social:** uma análise do Serviço Social a partir da produção social do espaço. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Porto alegre, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Edição 70. São Paulo.2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2017a.

_____. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13465.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2017b.

_____. **Manual da Regularização Fundiária Plena.** Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca/detalhar/id/237/titulo/manual-da-regularizacao-fundiaria-plena>>. Acesso em: 10 de julho de 2017c.

_____. **Ministério das Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/institucional/o-ministerio>>. Acesso em: 07 de novembro de 2017d.

_____. **Regularização Fundiária Urbana:** como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009 - Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação e Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos. Brasília, Ministério das Cidades, 2012.

_____. **Medida Provisória Nº 2.220, de 4 de Setembro de 2001.** Dispõe sobre a concessão de uso especial de trata o o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: 34/ Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: economia, sociedade e cultura;** v.1. 11. ed. Trad.: Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CESCA, Heliberton. **4 em 10 moradores do litoral são posseiros.** Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/4-em-10-moradores-do-litoral-sao-posseiros-bxbqwlj0ku5mve9pa4cfnzny>>. Acesso em: 20 de nov de 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo. Editora Brasiliense. 1986.

COSTA, Ilda Janete. **Sentidos e percursos da cidadania: estudo das relações dos beneficiários e agentes operadores de políticas sociais em Matinhos/PR.** Mestrado.2016.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Prefácio de José de Souza Martins. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FERREIRA, Luiz Felipe. Iluminando o Lugar: três abordagens (Relph, Buttimer e Harvey). **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia, jan/julho de 2002. v. 22, n.01. p. 43-72.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010.** Belo Horizonte, 2013.Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>. Acesso em: 29 de agosto de 2017.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado:** o mito do desenvolvimento econômico. São Paulo. 2013.

GALVÃO, *et al.*. **O Território e a Territorialidade: contribuições de Claude Raffestin** In Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais* (pp.33-46), São Paulo: Expressão Popular. 2009.

GUARATUBA. **Plano Diretor de Guaratuba.** 2002.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Guaratuba - Diagnóstico - Volume I.** 2002b.

_____. **Revisão Plano Diretor de Guaratuba.** 2015.

_____. **Autorizada regularização de 1.000 imóveis em Guaratuba.** Disponível em: http://portal.guaratuba.pr.gov.br/abre.php?id_noticia=687&pagina=noticia.php. Acesso em: 10/02/2019. 2017.

_____. **DECRETO Nº 4.056 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.** 1998.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre. 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis. Editora Vozes. 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. *Novos Cadernos NAEA* v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HEIDTMANN, Henrique Carlos. **A sensibilidade territorial das políticas públicas: um estudo em comunidades ribeirinhas na Amazônia Legal.** 2008. 182f. Tese (Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete Teresinha. **Memórias de Morte e Outras Memórias: Lembranças de Velhos.** Curitiba. 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos Municipais.** Disponível em:

<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83280&btOk=ok>>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>>. Acesso em: 20 de junho de 2017.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de Metodologias de Pesquisa em Ciências Humanas**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 1999.

LEARDI, Paulo Roberto. **Veja o efeito do Programa Minha Casa Minha Vida no mercado imobiliário**. Disponível em: <<http://www.leardi.com.br/blogleardi/veja-o-efeito-do-programa-minha-casa-minha-vida-no-mercado-imobiliario>>. Acesso em: 11 de julho de 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo. Editora Moraes.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-omega, 1982.

_____, Ermínia. **Metropóle, legislação e desigualdade**. Revista Estudos Avançados. 2003.

MEDEIROS, Rosa Maria. **Território, espaço de Identidade**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p.217-228.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Ed. UFRGS/UNISC. Porta Alegre. 1995. p.76-92.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio da pesquisa social**. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MONTEIRO, Ricardo R. **Regulamentação Urbana em Revisão no Litoral do Paraná.** Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/323199063_Regulamentacao_Urbana_em_Revisao_no_Litoral_do_Parana_-_ENANPUR_2012?enrichId=rgreq

b30e13a6836df933d0a068cf4d1f5688

XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzMyMzE5OTA2MztBUzo1OTQyODY0OTlwMDg0NDhAMTUxODcwMDM0OTk1OA%3D%3D&el=1_x_2&_esc=publicationCoverP

df. Acesso em: 20 de set 2018.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social.** 5ª edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contextos, 2002.

OLIVEIRA, Francisco de (orgs). **Hegemonia às avessas:** economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948.

PARANÁ. **Plano de habitação de interesse social do Paraná.** Disponível em: <<http://www.cohapar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136>>. Acesso em: 18 de novembro de 2017.

_____. **Decreto Estadual nº 10.855 de 23 de abril de 2014. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Guaratuba/DecretoEstadual__10855_2014____pdGuaratuba.pdf.

Acesso em: 03 de janeiro 2019.

PECQUEUR, Bernard. O Desenvolvimento Territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para economias do sul. **Revista Raízes.** Campina Grande. Vol. 24, n. 01 e 02. p.10-22. Jan/dez.2005.

PINTO, Victor. **Ocupação irregular do solo urbano**: o papel da Legislação Federal. Consultoria Legislativa, 2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265818100_Ocupacao_Irregular_do_Solo_Urbano_O_Papel_da_Legislacao_Federal>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

PORTELA, Fernando e VESENTINI, José. **Êxodo Rural e Urbanização**. São Paulo: Ática, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora ática, 1993.

ROCHA, Marcio Mendes. **A Espacialidade das mobilidades humanas - Um olhar para o Norte Central Paranaense**. São Paulo: USP, 1998. (Tese).

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. Raquel. **O que é Cidade**. São Paulo. Coleção Primeiros Passos. 2004.

SACK, Robert David. O significado da Territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Insular. Florianópolis. 2011. p.63-89.

SANEPAR. **Sanepar planeja investir R\$2,7 bilhões em três anos**. Disponível em: <http://site.sanepar.com.br/noticias/sanepar-planeja-investir-r-27-bilhoes-em-tres-anos>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2019. 2015.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Políticas públicas e direito à cidade**: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Geographia, Rio de Janeiro, Ano 1. n.1, p. 7-13, 1999.

_____. **Espaço do Cidadão**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

_____. **Abordagens e concepções de território.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAULE JUNIOR, Nelson; UZZO, Karina. **A trajetória da reforma urbana no Brasil.** Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

SILVEIRA, Maíra Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais.** ED. Insular. Florianópolis. 2011. P.39-62.

SOUZA, José Antônio. O TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DAS DIMENSÕES SIMBÓLICAS, CULTURAIS E IDENTITÁRIAS. Revista Ambivalências. ISSN 2318-3888. V1. N.2. p. 156 – 177. Jul-Dez/2013. Acessado em 17/10/2017. Site acessado: <https://seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/article/view>.

SOUZA, Maria Adélia A. de. O II PND e a política urbana brasileira: Uma contradição evidente. In: DEAK, C; SCHIFFER, S.R. (ORG). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999. P. 111-144.

TELLES, Sarah Silva. **Família e relações de parentesco no universo popular.** Desigualdades & Diversidade Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, n.15, jul/dez, 2014, p.137-159.

TONELLA, Celene. **Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922013000100003. Acesso em: 06 de nov de 2018.

TUMELERO, Silvana Marta. **Estado, produção do espaço e intersetorialidade: crítica e criação na implementação de políticas públicas.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social: Florianópolis, 2015.

_____. Neoliberalismo, Políticas Sociais e Tecnologias Biopolíticas de Consumo. 2014.

VARGAS, Maria Auxiliadora Ramos. Moradia e pertencimento: a defesa do lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 535-557, jul 2016..

APÊNDICE A – ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**I. Dados de Identificação**

Nome: _____
Idade: _____ Sexo: _____ Telefone: _____
Município de Procedência/ Estado: _____
Nasceu onde? _____
Quantos municípios já morou? _____

II. Questões

1. Quais os motivos (desemprego, parentes e outros) que trouxeram sua família para Guaratuba?
2. Desde que chegou, mora neste mesmo local ou morou em outros bairros?
3. O que fez com que escolhesse morar neste local?
4. Fale sobre sua relação com familiares, amigos ou outras pessoas que já viviam em Guaratuba antes de sua vinda para cá?
5. Quais as facilidades que você e sua família encontram em morar neste local?
6. Quais as principais dificuldades para quem mora aqui?
7. O que definiu a sua permanência na cidade de Guaratuba?
8. Se tivesse a opção de mudar para outra cidade ou outro bairro o Sr/Sra. Mudaria? Por quê?
9. Já teve oportunidade de mudar para outro local ou fora do município?
10. Quais os serviços (saúde, assistência social, educação entre outros) você e sua família tem acesso?
11. Você frequenta espaços da comunidade (igreja, festas, associação de moradores, serviços – salão de beleza, farmácia, mercearia, frutaria, açougue, oficina mecânica, costureira...)?
12. Como é a relação com os vizinhos? Em que situações você e sua família podem contar com o apoio deles? Já houve desentendimentos entre vizinhos que a senhora tenha presenciado? Quais as razões?
13. Quais os serviços públicos disponíveis no Bairro são utilizados por você ou integrantes da família?
14. Como aconteceu a compra da sua casa ou terreno?
15. A Sra ou Sr. já possui a escritura com registro da casa? (Se for não passa à questão seguinte)
16. Qual a possibilidade de regularização desta região do Carvoeiro?

17. Alguém da prefeitura ou vereadores trataram desta questão com vocês? Tem alguma promessa de regularizar? Vocês já entregaram algum documento na prefeitura para isso acontecer?

18. O Sr. ou a Sra. já tentou individualmente procurar informações ou auxílio para regularizar o terreno e casa? Como foi? Teve auxílio de advogado, vereador ou outra pessoa?

19. No bairro existe alguma organização que esteja lutando, buscando a regularização dos terrenos e casas?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL PESQUISA PARA PROJETO DE DISSERTAÇÃO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e outra é do(a) pesquisador(a).

Título do projeto: Ocupações Irregulares em Guaratuba-PR, Deslocamentos, Mobilidade ou Pertencimento?

Mestranda responsável: Fernanda Francis Alvares

Telefone: (41) 99569-0658/(41)3472-8771

Orientadora: Profª Dra. Silvana Marta Tumelero

Telefone: (41) 3511-8265 (41) 99994-1808

O Objetivo desta pesquisa é “Compreender a dinâmica e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares” A sua participação na pesquisa consiste em participar de uma entrevista – preencher adequadamente - que será realizado/a pela acadêmica, sem qualquer prejuízo ou constrangimento para o(a) pesquisado(a). Os procedimentos aplicados nesta pesquisa não oferecem risco a sua integridade moral, física, mental ou efeitos colaterais. As informações obtidas através da coleta de dados serão utilizadas para alcançar o objetivo acima proposto, e para a composição do relatório de pesquisa, resguardando sempre sua identidade. Caso não queira mais fazer parte da pesquisa, favor entrar em contato pelos telefones acima citados.

Permito que a acadêmica relacionada acima obtenha fotografia, filmagem ou gravação de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Concordo que o material e as informações obtidas possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade da acadêmica-pesquisadora responsável por este e sob sua guarda.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG _____

_____, CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela acadêmica-pesquisadora sobre a pesquisa e, os procedimentos nela envolvidos, bem como os benefícios decorrentes da minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento.

Local: _____ Data ____/____/____

Nome e assinatura do sujeito: _____

Nome e assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE C – QUADRO COMPARATIVO: ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Questões	Objetivos
<p>Dados de Identificação</p> <p>Nome: _____</p> <p>Idade: _____ Sexo: _____ Telefone: _____</p> <p>Município _____ de _____ Procedência/Estado: _____ Nasceu onde? _____</p> <p>Quantos municípios já morou? _____</p> <p>Há quantos anos moram nesta residência? _____</p>	<p>Identificar a procedência e os elementos que determinam as ocupações irregulares;</p>
<p>1 Quais os motivos (desemprego, parentes e outros) que trouxeram sua família para Guaratuba?</p> <p>2 Desde que chegou, mora neste mesmo local ou morou em outros bairros?</p> <p>3 O que fez com que escolhesse morar neste local?</p> <p>4 Fale sobre sua relação com familiares, amigos ou outras pessoas que já viviam em Guaratuba antes de sua vinda para cá?</p>	<p>Compreender a dinâmica e as condições de permanência das pessoas em ocupações irregulares.</p>
<p>5 Quais as facilidades que você e sua família encontram em morar neste local?</p> <p>6 Quais as principais dificuldades para quem mora aqui?</p> <p>7 O que definiu a sua permanência na cidade de Guaratuba?</p>	<p>Analisar os elementos que determinam a condição de permanência na ocupação irregular;</p>
<p>8 Se tivesse a opção de mudar para outra cidade ou outro bairro o Sr/Sra. Mudaria? Por quê?</p> <p>9 Já teve oportunidade de mudar para outro local ou fora do município?</p> <p>10 Quais os serviços (saúde, assistência social, educação entre outros) você e sua família tem acesso?</p> <p>11 Você frequenta espaços da comunidade (igreja, festas, associação de moradores, serviços – salão de beleza, farmácia, mercearia, frutaria, açougue, oficina</p>	<p>-Entender a dinâmica da construção da territorialidade na ocupação irregular.</p> <p>-Identificar serviços sociais acessados pelos entrevistados;</p> <p>-Contribuir com a análise e elaboração de políticas públicas relativas à ocupação do território de Guaratuba.</p>

<p>mecânica, costureira...)?</p> <p>12 Como é a relação com os vizinhos? Em que situações você e sua família podem contar com o apoio deles? Já houve desentendimentos entre vizinhos que a senhora tenha presenciado? Quais as razões?</p> <p>13 Quais os serviços públicos disponíveis no Bairro são utilizados por você ou integrantes da família?</p>	
<p>14 Como aconteceu a compra da sua casa ou terreno?</p> <p>15 A Sra ou Sr. já possui a escritura com registro da casa? (Se for não passa à questão seguinte)</p> <p>16 Qual a possibilidade de regularização desta região do Carvoeiro?</p> <p>17 Alguém da prefeitura ou vereadores trataram desta questão com vocês? Tem alguma promessa de regularizar? Vocês já entregaram algum documento na prefeitura para isso acontecer?</p> <p>18 O Sr. ou a Sra. já tentou individualmente procurar informações ou auxílio para regularizar o terreno e casa? Como foi? Teve auxílio de advogado, vereador ou outra pessoa?</p> <p>19 No bairro existe alguma organização que esteja lutando, buscando a regularização dos terrenos e casas?</p>	<p>- Compreender a dinâmica das ocupações irregulares.</p>